



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

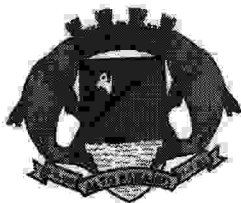
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO REQUISITANTE	
Secretaria Municipal de Cultura	
Unidade/Setor/Departamento: Secretário Municipal	
Servidor responsável pela demanda: TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS	
E-mail (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)	Telefone ((44) 3664-1320):
2 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	
<p>Objeto: Contratação de Show Artístico Com o Cantor Manutti, em comemoração as Festividades de Final do Ano do Município de Alto Paraíso, no dia 28 de Dezembro de 2024.</p> <p>Justificativa da necessidade da contratação: O show do cantor Manutti nas festividades de final de ano em Alto Paraíso - PR, é uma excelente oportunidade para enriquecer as celebrações e promover um evento de alta qualidade para a população e visitantes da cidade. A escolha do cantor se baseia em diversos fatores que visam à valorização cultural, à promoção do turismo local e ao entretenimento de qualidade para a comunidade. Manutti é um cantor renomado na cena musical brasileira, com um público fiel e uma carreira consolidada. Sua presença nas festividades proporcionará um show de alto nível, atraindo uma grande audiência e, consequentemente, movimentando o comércio local e a economia da cidade. Durante o período de final de Ano, Alto Paraíso recebe visitantes de outras regiões, e a presença de um artista de destaque como Manutti contribui para a promoção do município, destacando-o como destino turístico de eventos culturais. Isso fortalece a imagem da cidade, atraindo mais turistas e gerando uma ampla visibilidade na mídia. O evento proporcionará uma experiência cultural enriquecedora para a comunidade local, oferecendo um repertório musical diversificado e acessível a todas as faixas etárias. Manutti, com seu estilo único, oferece uma performance capaz de agradar tanto os jovens quanto os adultos, criando uma atmosfera de celebração e união para todos os presentes. O evento impulsionará a economia local, com a movimentação de diversos setores. A realização de festividades de grande porte, como o show de Manutti, contribui significativamente para a geração de empregos temporários e para o aumento da arrecadação de impostos no município. Além de entreter e atrair turistas, o evento promove a inclusão social ao proporcionar a toda a população de Alto Paraíso a oportunidade de participar de uma festividade cultural de grande porte. A realização de eventos como este fortalece o senso de pertencimento e a identidade cultural local, criando memórias positivas para os cidadãos.</p> <p>Ou seja, destacam os potenciais benefícios econômicos, culturais e sociais que a contratação de um show de determinado cantor pode trazer para um município, alinhando-se às exigências de planejamento e fundamentação técnica estabelecidas pela Lei Federal 14.133/2021 para contratações públicas.</p> <p>Utilização do catálogo de padronização: Na presente contratação não serão utilizados os produtos ou serviços do catálogo de padronização, por se tratar de prestação de serviços com objeto específico.</p>	
O objeto solicitado não consiste em características de luxo	
Descrições e quantidades	



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

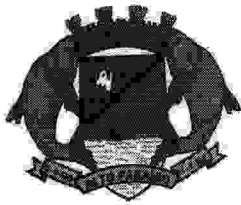
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000002

Item	Descrição/especificação	Qtde.	Valor Unit.
01	Contratação de Show Artístico	01	114.524,00

Valor total estimado¹ (quando for o caso): R\$ 114.524,00 (cento e quatorze mil, quinhentos e vinte e quatro reais).

3 - FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento	
4 - OBSERVAÇÕES GERAIS	
Prazo de entrega/execução: Os serviços serão prestados no dia 28 de Dezembro de 2024, conforme cronograma e proposta.	
Local(is) e horário(s) de entrega/execução: O show tem previsão de começar as 22:00 horas com duração de 1:40 horas.	
Prazo de garantia/forma de garantia (se houver): considerando que a execução se dará em uma única vez e os valores será pagos posteriormente ao show.	
Exigências de requisitos específicos: Apresentação de documentos que comprovem a consagração do artista e notas fiscais e contratos que comprovem o valor praticado no mercado.	
Houve contratações anteriores? Não	
Fiscal indicado: Eudinete Pedrola da Silva	
Gestor indicado: TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS	
O objeto solicitado tem relação com a frota de veículos ou máquinas? (Se sim, anexar a relação ATUALIZADA da frota que irá ser atendida pelo objeto) Não possui relação com frotas.	
Instrumento Vinculativo: <input checked="" type="checkbox"/> Contrato <input type="checkbox"/> Ata de Registro de Preços <input type="checkbox"/> Adesão (carona) <input type="checkbox"/> Outro: Empenho, art. 95 lei 14.133/21	Prazo de Vigência do Objeto: <input type="checkbox"/> Exercício financeiro da contratação (até 31/12). <input type="checkbox"/> Vigência de 12 meses. <input checked="" type="checkbox"/> Outro: 6 meses Contratação de objeto continuado: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Regime licitatório adotado: Lei 14.133/2021 e legislação correlata.	
ENCAMINHAMENTO PARA A AUTORIDADE COMPETENTE	



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000003

Em conformidade com a legislação aplicável, encaminhamos a presente Solicitação da Demanda à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Alto Paraíso - PR, 10 de Dezembro de 2024

Taynara S. de Oliveira Santos

TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00004

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: Contratação de Show Artístico Com o Cantor Manutti, em comemoração as Festividades de Final do Ano do Município de Alto Paraíso, no dia 28 de Dezembro de 2024.

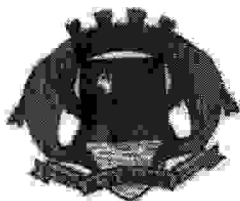
TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos a Servidora Designada para fins específico de pesquisa de preço, conforme portaria nº 045/2024, para faça que uma pesquisa de preço do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso –PR.

10 dias do mês de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PORTARIA Nº 045/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS NOS TERMOS DO ART. 23 DA LEI FEDERAL 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N. 3186 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 08 / 03 2024
Edição N.º 12.965

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3186 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata da Pesquisa de Preços;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, o servidor público do Município, abaixo descrito, para exercer a função de realizar Pesquisa de Preços no Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, a saber:

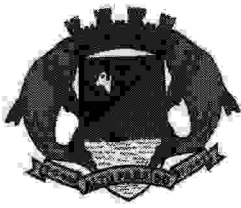
Responsável :

- NOME: EUDINETE DA SILVA PEDROTA
- Matrícula - 12823-1

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Justificativa: Em atenção à determinação do Senhor Prefeito Municipal, da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, considerando o Decreto Municipal n. 3186/2024, que trata da Pesquisa de Preços no âmbito deste Município e ainda o que dispõe o art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021, considerando ainda a Portaria n. 045/2024, para fins de designação para realizar a pesquisa de mercado neste Ente Público.

A Lei nº 14.133, de 2021, traz um rol exemplificativo de hipóteses de inexigibilidade, tais como a contratação de fornecedor exclusivo, serviços técnicos especializados e **artistas**.

O Art. 23, § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, **ou por outro meio idôneo**.

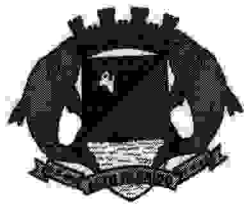
Tal entendimento já era pacificado no âmbito da Advocacia-Geral da União desde o final do ano de 2011, conforme podemos conferir na Orientação Normativa nº 17, abaixo transcrita.

"A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS."

Como a pesquisa de preços pode vir a inviabilizar uma Inexigibilidade de Licitação.

Assim como o "mito dos três preços", que sempre vemos ser adotado quando se fala em pesquisa de preços, também é comum verificarmos a realização de pesquisa de preços com múltiplos fornecedores, mesmo quando se trata de contratação direta por inexigibilidade.

Ou seja, na comprovação da conformidade dos preços pagos a uma empresa contratada por inexigibilidade, a Administração poderá juntar aos autos comprovantes de que o preço cobrado pela própria contratada.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

É equivocado o entendimento de que "a inexigibilidade se daria apenas nos casos em que há exclusividade". O que a norma geral de licitação exige é a comprovação da inviabilidade da competição, que inclui sim a hipótese de fornecedor exclusivo.

O Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, com fulcro no art. 23, §4º, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, DECLARA, para os devidos fins de direito que se faz necessário, que busquemos contratações anteriores do próprio fornecedor em outras contratações.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; [...]

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico. [...]

De juntada das notas fiscais realizadas junto com outros municípios, que tratam-se de serviços similares, tendo chegado a uma estimativa no valor total de R\$ 114.524,00 (Cento e Quatorze Mil, Quinhentos e Vinte e Quatro Reais) conforme em seu orçamento/proposta, para **Contratação de Show Artístico Com o Cantor Manutti, em comemoração as Festividades de Final do Ano do Município de Alto Paraíso, no dia 28 de Dezembro de 2024.**

Com isso, informo, que foram utilizadas notas fiscais emitidas pelo prestador de serviços e meio idôneos da comprovação de preços, conforme anexo, as quais encontram-se anexas ao processo.

Verifica-se que os preços levantados conforme documentos juntados relatório e mapas de preços abaixo.

I - Caracterização das fontes consultadas:

Notas Fiscais.

Alto Paraíso, 10 de Dezembro de 2024

Eudinete da Silva Pedrola
EUDINETE DA SILVA PEDROLA
Matrícula: 12823-1



000008

PROPOSTA DE SHOW

A empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTISTICA**, inscrita no CNPJ sob o nº **22.997.779/0001-75**, representada legalmente pelo Srº Fabio Enrico de Castro Pinto, vem através desta, apresentar proposta para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO - PARANÁ**, para realização de Show do cantor **MANUTTI**, na cidade de **ALTO PARAISO**, no dia **28 de dezembro de 2024**.

1 – O OBJETO:

1.1. Show musical do cantor **MANUTTI** com duração aproximada de 01:40h (uma hora e quarenta minutos). No evento Festividade de Fim de Ano, Inauguração das Obras na Vila Rural Ilha Grande, na cidade de Alto Paraíso- PR, horário de início do show artístico, às 22:00 horas.

Valor: **R\$ 114.524,00 (Cento e Quatorze mil e Quinhentos e Vinte Quatro reais) de cachê.**

Custos aproximados incluídos no valor proposto	Valor estimado
Cachê artista/sociedade	R\$64.400,00
Cenário Artístico	R\$4.000,00
Diária de Alimentação	R\$4.000,00
Logística	R\$10.000,00
Cachê Equipe	R\$10.000,00
ECAD	R\$4.524,00
Imposto de Nota Fiscal	R\$17.600,00
Valor total	R\$ 114.524,00

2 – No valor acima não estão inclusas as despesas com a produção local para a realização do show, vans, carregadores (6), hospedagem, estrutura de camarim, gerador, e demais itens exigidos no rider técnico do artista.

3 – O pagamento deverá ser efetuado em até 48 (quarenta e oito) horas depois do show.

Está contratação não está sujeita a garantia contratual prevista na lei de licitações.

Não é permitido o direito de uso da imagem para fins diversos.

Esta proposta terá validade de 15 (quinze dias) dias.

Conta para Depósito:

Banco Sicoob (756)

Agência: 4393

Conta Corrente: 7683-0

PIX CNPJ nº 22.997.799/0001-75

Arredio Produções Artísticas LTDA

Campo Grande – MS, 26 de Novembro de 2024

ARREDIO PRODUCOES
ARTISTICAS
LTDA:2299779900017

5

Assinado de forma digital
por ARREDIO PRODUCOES
ARTISTICAS
LTDA:22997799000175
Dados: 2024.11.26 09:49:05
-04'00'

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Fabio Enrico de Castro Pinto

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE		Número da Nota		00000061
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN		Data e Hora de Emissão		22/12/2023 15:08:15
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Código de Verificação		3a9d6698
PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Nome/Razão Social: ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA					
CPF/CNPJ: 22.997.799/0001-75 Inscrição Municipal: 0020777900-8					
Endereço: AVENIDA NOROESTE, Nº5344 - BAIRRO CENTRO - CEP:79002-010					
Município: CAMPO GRANDE UF: MS					
TOMADOR DE SERVIÇOS					
Nome/Razão Social: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA					
CPF/CNPJ: 03.238.987/0001-75					
Endereço: RUA DOS TRÊS PODERES, Nº777 - BAIRRO CENTRO - CEP:78535-000					
Município: MARCELÂNDIA UF: MT E-mail: ADMINISTRACAO@MARCELÂNDIA.MT.GOV.BR					
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM APRESENTAÇÃO MUSICAL DO CANTOR MANUTTI EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE ANO NOVO NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA. DURAÇÃO: 1:40HRS, A PARTIR DAS 23:30 DO DIA 31/12/2023. "EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL SUJEITA À ALÍQUOTA DE 6 % (LEI 12741/2012 E DEC. 8264/2014)."					
Tributável SIM	Item APRESENTAÇÃO MUSICAL MANUTTI	Qtde 1	Unitário R\$ 160.000,00	Total R\$ 160.000,00	
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL					
PIS (0,0000%): R\$ 0,00		COFINS (3,0000%): R\$ 0,00		INSS (2,0000%): R\$ 0,00	
		IR (1,5000%): R\$ 0,00		CSLL (2,0000%): R\$ 0,00	
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 160.000,00					
Valor Total das Deduções: R\$ 0,00		Base de Cálculo: R\$ 160.000,00		Aliquota: 3,46%	
				Valor do ISS: R\$ 5.536,00	
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Mês de Competência da Nota Fiscal: 12/2023			Local da Prestação do Serviço: MARCELÂNDIA/MT		
Recolhimento: ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR			Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.		
Prestador optante Simples Nacional e sua alíquota é 3,46%.			Descrição da Atividade: Produção musical		
CNAE: 900190200					

		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE		Número da Nota 00000069	
		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN		Data e Hora de Emissão 16/07/2024 13:10:39	
		NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Código de Verificação 7c624845	
PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Nome/Razão Social: ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA					
CPF/CNPJ: 22.997.799/0001-75		Inscrição Municipal: 0020777900-8			
Endereço: AVENIDA NOROESTE, Nº5344 - BAIRRO CENTRO - CEP:79002-010					
Município: CAMPO GRANDE		UF: MS			
TOMADOR DE SERVIÇOS					
Nome/Razão Social: ASROLIM-ASSOCIACAO RURAL DE ROLIM DE MOURA					
CPF/CNPJ: 05.706.676/0001-19					
Endereço: RODOVIA 010, KM 3,5, Nº1 - BAIRRO ZONA RURAL - CEP:76940-000					
Município: ROLIM DE MOURA		UF: RO		E-mail: asrolim_asrolim@outlook.com	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Descrição: CONTRATAÇÃO DO CANTOR MANUTTI PARA A DATA DO DIA 13 DE JULHO DE 2024, ÀS 21:00 HORAS NA CIDADE DE ROLIM DE MOURA/RO, COM DURAÇÃO DE 01:40 (UMA HORA E QUARENTA MINUTOS) PARA APRESENTAÇÃO DO EVENTO BAILE DA RAINHA EXPOAGRO. TERMO DE FOMENTO N. 305/2024/PGE-SEJUCEL PROCESSO DE N. 0032.001727/2024-12					
CONTA PARA PAGAMENTO: SICOOB (756) AGÊNCIA 4393 CONTA CORRENTE 7683-0 PIX CNPJ : 22.997.799/0001-75 ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA					
Tributável SIM	Item APRESENTAÇÃO DO EVENTO BAILE DA RAINHA EXPOAGRO.	Qtde 1	Unitário R\$ 200.000,00	Total R\$ 200.000,00	
PIS (0,6500%): R\$ 0,00		COFINS (3,0000%): R\$ 0,00		INSS (2,0000%): R\$ 0,00	
		IR (1,5000%): R\$ 0,00		CSLL (2,0000%): R\$ 0,00	
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 200.000,00					
Valor Total das Deduções: R\$ 0,00		Base de Cálculo: R\$ 200.000,00		Alíquota: 0,00%	
				Valor do ISS: R\$ 0,00	
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Mês de Competência da Nota Fiscal: 07/2024					
Local da Prestação do Serviço: ROLIM DE MOURA/RO					
Tributação: NÃO INCIDENTE NO MUNICÍPIO					
Descrição da Atividade: Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares					
CNAE: 900199900					

https://nfse.pmcg.ms.gov.br/NotaFiscal/notaFiscal.php?id_nota_fiscal=MTU3NzQ5MTky&confirma=Uw==&temPrestador=Uw==

CEP: 78.628-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, VIII Parágrafo único da Lei 14.133/21.

Santo Antônio do Leste-MT, 19 de março de 2024.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO 002/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2024

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Contratação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação, fulcrada no art. 74 inciso V da Lei 14.133/21, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, totalizando R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) anuais, tendo como objeto a **Locação de imóvel aproximado de 10.000 M² de área total, com duas casas e vasta área verde, e amplo estacionamento para ser utilizado como sede da Secretaria de Agricultura Turismo e Meio Ambiente situada na rua das mangueiras s/n bairro- centro em Santo Antônio do Leste/MT.** Resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o presente processo a favor de: **ROSENI KRUG - CPF: 901.283.701-49, com residência na Avenida Curitiba s/n, Centro, Município de Santo Antônio do Leste - MT, CEP: 78.628-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, VIII Parágrafo único da Lei 14.133/21.**

Santo Antônio do Leste-MT, 19 de março de 2024.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO 003/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2024

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Contratação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação, fulcrada no art. 74 inciso II da Lei 14.133/21, no valor total de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), tendo como objeto a **Contratação de empresa para realização de Show Nacional, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em busca de atração artística para o evento da Festa do Milho - FEMISAL que ocorrerá no dia 27/04/2024, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o presente processo a favor de: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME - CNPJ: 22.997.799/0001-75, com sede na Av. Noroeste, nº. 5344, bairro Centro, Campo Grande - MS, CEP: 79.002-010. E ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, VIII Parágrafo único da Lei 14.133/21.**

Santo Antônio do Leste-MT, 19 de março de 2024.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2024

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, torna público que **intenciona realizar a aquisição de cinco bombas de água submersas do tipo palito para atender o abastecimento de água do município de Santo Antônio do Leste/MT, conforme termo de referência e minuta de contrato, mediante dispensa de licitação com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, alterada pelo Decreto Federal nº 10.922/2021 e Decreto Municipal 034/2022 de 02 de junho de 2022.**

Informamos que a Prefeitura tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do art. 75 da lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

O limite para apresentação da proposta de preços será até as **16h00min do dia 22/03/2024.**

A proposta de preços poderá ser entregue no setor de Compras da Prefeitura, sito à Av. Goiás, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT. CEP 78628-000, no horário das **07h00min às 13h00min**, em dias úteis ou pelo email: **compras.sal2019@gmail.com** ou **compraspm-sal@gmail.com** até a data limite.

Além da proposta de preços a empresa interessada ainda deverá enviar as seguintes documentações de habilitações e qualificações mínimas necessárias sendo: **Contrato social, Cartão Cnpj, Certidões negativas federais, estaduais, municipais, FGTS e trabalhista e Certidão da junta comercial.**

Os documentos necessários contendo as exigências para dispensa de licitação estarão disponíveis no Site Oficial do Município na aba **LICITAÇÕES > DISPENSA DE LICITAÇÃO** no endereço eletrônico abaixo:

<https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transpar...>

Santo Antônio do Leste-MT, 19 de março de 2024.

GEISIANE VIEIRA DE MORAES

COORDENADORA DO SETOR DE COMPRAS

PORTARIA 291/2022 DE 02/07/2022.

PORTARIA Nº 178/2024

PORTARIA Nº 178/2024

DE: 19 DE MARÇO DE 2024

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZE DÂ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE para a servidora pública **THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ** no período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 14 de Março de 2024 conforme consta no Atestado Médico.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14/03/2024, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE



CONTRATO N.º 014/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, com sede na Av. Goiás, 367 Jardim Santa Inês – SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, neste ato legalmente representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, denominada como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME - CNPJ: 22.997.799/0001-75**, com sede na Av. Noroeste, nº. 5344, bairro Centro, Campo Grande – MS, CEP: 79.002-010, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório nº 007/2024, realizado na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

2.4.1.1. Este Contrato se fundamenta no art. 74, II da Lei Federal 14.133.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para realização de Show Nacional, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em busca de atração artística para o evento da Festa do Milho - FEMISAL que ocorrerá no dia 27/04/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E CONTRATAÇÃO

3.1. A execução do serviço deverá ocorrer no dia 27/04/2024.

3.2. A empresa contratada executará os serviços no local de realização do evento em Santo Antônio do Leste/MT.

3.3. A contratada deverá indicar, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) Preposto qualificado para representá-la perante o Município e para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, devendo este Preposto responder por todos os assuntos relativos ao contrato;

3.4. O Preposto deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessários para responder pela **CONTRATADA**, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados;

3.5. O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação



da **CONTRATADA** com terceiros, sem autorização prévia do Município, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual;

3.6. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência do contrato, deverão ser comunicadas ao Município e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejarão a rescisão do contrato;

3.7. Observado o disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21, a solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência dos serviços objeto do contrato serão realizados pela Secretaria Municipal Educação e Cultura;

3.8. A apresentação do show nacional terá duração de 01h30min (uma hora e trinta minutos).

3.9. Fornecer todas as informações e especificações, necessárias à execução dos serviços, **RIDER CAMARIM** e outros;

3.10. Comunicar a **CONTRATANTE**, previamente, qualquer modificação ou criação de novos procedimentos a serem adotados para o **Show**.

3.11. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Termo de Referência;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com os serviços executados as notas fiscais correspondentes, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante.

4.2. O valor total da contratação é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

4.3. O pagamento será realizado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) após a assinatura do contrato e os demais 50% (cinquenta por cento) até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento.

4.4. CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

4.5. O pagamento do objeto da presente licitação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, será efetuado em até 30 dias, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.6. A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.7. Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde,

EM = encargos moratórios;



$I = 0,0001644$ (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$;

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

4.8. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica dos contratos de fornecimento de bens.

4.9. Como condição para liquidação do empenho, será verificado pelo setor competente se a empresa está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo IV da referida IN.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1. Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados do Orçamento Do Município de SANTO ANTÔNIO DO LESTE do exercício de 2024 na seguinte rubrica orçamentária:

Unidade	06	Secretaria de Educação e Cultura
Funcional programática	13.392.5007.2108	
Ficha	501	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. DA CONTRATANTE

- a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;
- b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;
- c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;
- d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do serviço, fixando prazo para sua correção;
- e) Acompanhar o serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão do mesmo; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.
- f) Será de inteira responsabilidade do contratante a instalação de estrutura para realização do show: palco, som, iluminação e gerador, bem como a reserva de manutenção do camarim e ECAD.



6.2. DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Termo de Referência;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ela, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
- c) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ela, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
- d) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
- e) A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência do contrato;
- f) Cumprir os prazos de execução, sob pena de aplicação de sanções administrativas;
- g) Todos os custos referentes à execução do contrato, como com transporte, tributos, previdenciários, trabalhistas, seguros, reparos, substituições ou quaisquer outros que venham a incorrer, são de total responsabilidade da Contratada;
- h) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, a execução do contrato sem o prévio consentimento por escrito da Contratante.
- j) As despesas com hospedagem, alimentação, estadia, transporte de pessoal, montagem e desmontagem dos equipamentos, correrá por conta da Contratada.

7. CLAUSULA SETIMA - PRAZO DE VIGENCIA

7.1. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados a partir da data da sua assinatura, em conformidade com o capítulo V da Lei 14.133/21.

7.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. A parte que der motivo para cancelamento deste contrato pagará a outra parte **100% (cem por cento)** do valor do mesmo, salvo em caso de calamidade pública, luto oficial, decreto por autoridade competente, atraso de avião, acidente em trânsito, doença artística devidamente comprovada por médico, ou fenômeno catastrófico de quaisquer naturezas, é que a multa não terá validade, ficando o evento transferido para outra ocasião, , que será combinado em comum acordo entre as Partes e de acordo com a disponibilidade de agenda dos Artistas, entre as partes, ficando desde já valendo o presente contrato, ficando a CONTRATADA isenta de quaisquer



penalidade/multa ou despesas extras, devendo a CONTRATANTE ter que arcar com as despesas para que os Artistas e sua equipe possam efetuar novamente o **Show**.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos do TÍTULO III CAPÍTULO VIII da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DECIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o TÍTULO IV CAPÍTULO I da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. É vedada a venda de qualquer artigo dentro do recinto ao espetáculo, com alusão a “**CONTRATADA**”, salvo com prévia e expressa anuência da CONTRATADA.

11.2. O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido para terceiros, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.3. A paralisação do espetáculo em decorrência de perturbação da ordem, desrespeito físico ou moral a qualquer integrante da CONTRATADA é exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE, a qual caberá a manutenção da ordem e segurança no local da apresentação da CONTRATADA.

11.4. A CONTRATANTE nomeará um representante com autonomia e poder de decisão, durante a estadia da CONTRATADA, para dirimir todas e cumprimento das cláusulas contratuais ora acordadas.

11.5. Fica terminantemente proibido qualquer tipo de evento, tal como apresentação de outros artistas, no palco durante a apresentação da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de PRIMAVERA DO LESTE - MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato. Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais.



Santo Antônio do Leste – MT, 21 de março de 2024.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME
CONTRATADO

[Handwritten signature]
[Handwritten initials] (H)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RUA A JARDIM SANTA INES, 367, JARDIM SANTA INES
Telefones: (66) 3488-1292
CNPJ: 04.217.362/0001-90

Número da Nota Fiscal de Serviço
Série Eletrônica

202400000000352

6.018

Dados do Prestador

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
MANUTTI

CPF/CNPJ: 22.997.799/0001-75

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

End.: AV NOROESTE, Nº 5344, CENTRO

Complemento:

Cidade: CAMPO GRANDE - MS

Telefone:

Email:

Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Avulsa

Natureza da Operação

EXIGIVEL

Número do RPS

Data e Hora de Emissão da NFS-e

25/03/2024 09:00

Data de Emissão da Nota Fiscal

Código de Autenticidade

R48EC62H8

Série da Nota Fiscal



Dados do Tomador de Serviço

CNPJ/CPF

04.217.362/0001-90

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1113

Razão Social

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Endereço

RUA "A"

Número

367

Complemento

Bairro

JARDIM SANTA INES

CEP

78.628-000

Cidade

SANTO ANTONIO DO LESTE

UF

MT

Telefone

6634881292

Email

PREFEITURA@SANTOANTONIODOLESTE.MT.G

Descrição dos Serviços

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SWOL NACIONAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EM BUSCA DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA PARA O EVENTO DA FESTA DO MILHO - FEMISAL QUE OCORRERÁ NO DIA 27/04/2024.

VALOR TOTAL DA NFS-e: R\$ 65.000,00

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Atividade do Município

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

Alíquota

5,00

Item 116/2003

12

CNAE

0000-0/00

Valor Total dos Serviços

R\$ 65.000,00

Base de Cálculo

R\$ 65.000,00

Desconto Incondicionado

R\$ 0,00

Desconto Condicionado

R\$ 0,00

Deduções (Material)

R\$ 0,00

Deduções Base de Cálculo

R\$ 0,00

ISSQN Devido

R\$ 0,00

ISSQN Retido

SIM

Retenções na Fonte

PIS	0,00	COFINS	0,00	INSS	0,00	IRRF	0,00	CSLL	0,00	Outras Retenções	0,00	ISSQN	3.250,00
-----	------	--------	------	------	------	------	------	------	------	------------------	------	-------	----------

Valor líquido da Nota Fiscal

61.750,00

Informações Complementares

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PD: 01290/24 / VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 11622,00 (17,88%) FONTE: IBPT. CONFORME LEI 12.741/2012.

Gerado Por: CESAR BALBINO DE SOUSA

Impresso Por:

Protocolo de entrega de Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação

EXIGIVEL

Data e Hora de Emissão da NFS-e

25/03/2024

Código de Autenticidade

R48EC62H8

Número da Nota Fiscal de Serviço

Série Eletrônica

202400000000352

Recebi(mos) de ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA 22.997.799/0001-75, todos o(s) serviço(s) relacionados nesta Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

A autenticidade deste documento poderá ser realizada pelo endereço https://www.sp.srv.br/tri/butario/santoantoniodoleste/portal_validacao_nfse748993




Data

Nome e Número do CPF do Tomador

COMPROVANTE DE RETENÇÃO

00019

Dados do Prestador			
ARREDIO PRODUcoes ARTISTICAS LTDA MANUTTI			
CPF/CNPJ: 22.997.799/0001-75		Inscrição Municipal:	Inscrição Estadual:
End.: AV NOROESTE, Nº 5344, CENTRO		Complemento:	
Cidade: CAMPO GRANDE - MS		Telefone:	Email:

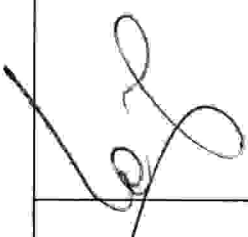
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica		Avulsa		
Natureza da Operação	Data e Hora de Emissão da NFS-e	Código de Autenticidade		
EXIGIVEL	25/03/2024 09:00	R48EC62H8		
Número do RPS	Data de Emissão da Nota Fiscal	Série da Nota Fiscal		


Dados do Tomador de Serviço				
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Razão Social	
04.217.362/0001-90		1113	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE	
Endereço	Número	Complemento		Bairro
RUA "A"	367			JARDIM SANTA INES
CEP	Cidade	UF	Telefone	Email
78.628-000	SANTO ANTONIO DO LESTE	MT	6634881292	PREFEITURA@SANTOANTONIODOLESTE.MT.G

Declaro para os devidos fins, que na condição de Substituto Tributário procedi com a retenção na fonte dos tributos abaixo relacionados, do prestador de serviço acima identificado.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN			
Atividade do Município	Alíquota	Item 116/2003	CNAE
12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5,00	12	0000-0/00
Valor Total dos Serviços	R\$	65.000,00	
Base de Cálculo	R\$	65.000,00	
Desconto Incondicionado	R\$	0,00	
Desconto Condicionado	R\$	0,00	
Deduções (Material)	R\$	0,00	
Deduções Base de Cálculo	R\$	0,00	
ISSQN Devido	R\$	0,00	
ISSQN Retido		SIM	

Retenções na Fonte						
PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções	ISSQN
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250,00
Valor líquido da Nota Fiscal						61.750,00

Descrição dos Serviços	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SWOL NACIONAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EM BUSCA DE ATRAÇÃO ARTISTICA PARA O EVENTO DA FESTA DO MILHO - FEMISAL QUE OCORRERA NO DIA 27/04/2024.	
	
VALOR TOTAL DA NFS-e: R\$ 65.000,00	

Gerado Por: CESAR BALBINO DE SOUSA				Impresso Por:	
Protocolo de entrega de Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação	Data e Hora de Emissão da NFS-e	Código de Autenticidade	Número da Nota Fiscal de Serviço		
EXIGIVEL	25/03/2024	R48EC62H8	Série Eletrônica		
Recebí(emos) de ARREDIO PRODUcoes ARTISTICAS LTDA 22.997.799/0001-75, Todos o(s) serviço(s) relacionados nesta Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.			202400000000352		
A autenticidade deste documento poderá ser realizada pelo endereço: https://www.sp.srv.br/tributario/santoantoniodoleste/portal_validacao_nfse?48933					
Data		Nome e Número do CPF do Tomador			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RUA A JARDIM SANTA INES, 367, JARDIM SANTA INES
Telefones: (66) 3488-1292
CNPJ: 04.217.362/0001-90

Número da Nota Fiscal de Serviço
Série Eletrônica
202400000000493

Dados do Prestador

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
MANUTTI

CPF/CNPJ: 22.997.799/0001-75

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

End.: AV NOROESTE, Nº 5344, CENTRO

Complemento:

Cidade: CAMPO GRANDE - MS

Telefone:

Email:

Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Avulsa

Natureza da Operação
EXIGIVEL
Número do RPS

Data e Hora de Emissão da NFS-e
26/04/2024 13:26
Data de Emissão da Nota Fiscal

Código de Autenticidade
39V79000Q
Série da Nota Fiscal



Dados do Tomador de Serviço

CNPJ/CPF

04.217.362/0001-90

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

1113

Razão Social

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Endereço

RUA "A"

Número

367

Complemento

Bairro

JARDIM SANTA INES

CEP

78.628-000

Cidade

SANTO ANTONIO DO LESTE

UF

MT

Telefone

6634881292

Email

PREFEITURA@SANTOANTONIODOLESTE.MT.G

Descrição dos Serviços

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SWOL NACIONAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EM BUSCA DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA PARA O EVENTO DA FESTA DO MILHO - FEMISAL QUE OCORRERÁ NO DIA 27/04/2024

VALOR TOTAL DA NFS-e: R\$ 65.000,00

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Atividade do Município

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

Aliquota

5,00

Item 116/2003

12

CNAE

0000-0/00

Valor Total dos Serviços

R\$ 65.000,00

Base de Cálculo

R\$ 65.000,00

Desconto Incondicionado

R\$ 0,00

Desconto Condicionado

R\$ 0,00

Deduções (Material)

R\$ 0,00

Deduções Base de Cálculo

R\$ 0,00

ISSQN Devido

R\$ 0,00

ISSQN Retido

SIM

Retenções na Fonte

PIS	0,00	COFINS	0,00	INSS	0,00	IRRF	0,00	CSLL	0,00	Outras Retenções	0,00	ISSQN	3.250,00
-----	------	--------	------	------	------	------	------	------	------	------------------	------	-------	----------

Valor líquido da Nota Fiscal

61.750,00

Informações Complementares

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PD:01290/2024. / VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 11622,00(17,88%) FONTE: IBPT, CONFORME LEI 12.741/2012.

Gerado Por: IVAIRES DE SOUSA PEREIRA

Impresso Por:

Protocolo de entrega de Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação

EXIGIVEL

Data e Hora de Emissão da NFS-e

26/04/2024

Código de Autenticidade

39V79000Q

Número da Nota Fiscal de Serviço

Série Eletrônica

202400000000493


Recebi(emos) de ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA 22.997.799/0001-75, Todos o(s) serviço(s) relacionados nesta Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
A autenticidade deste documento poderá ser realizada pelo endereço https://www.gp.srv.br/tributario/santoantoniodoleste/portal_validacao_nfse?49561

Data

Nome e Número do CPF do Tomador



0729

Gerado Por: IVAIRES DE SOUSA PEREIRA		Impresso Por:	
Protocolo de entrega de Nota Fiscal Eletrônica			
Natureza da Operação EXIGIVEL	Data e Hora de Emissão da NPS-e 26/04/2024	Código de Autenticidade 39V79000Q	Número da Nota Fiscal de Serviço Série Eletrônica 202400000000493
Receb(emos) de: ARREDIÇÃO PRODUTOS ARTÍSTICAS LTDA 27.997.799/0001-75, Todos o(s) serviço(s) relacionados nesta Nota Fiscal de Serviço Eletrônica A autenticidade deste documento poderá ser realizada pelo endereço https://www.gp.srv.br/tributario/santoantoniodoleste/portal_validacao_nfse?49561			
Data: _____ Nome e Número do CPF do Tomador: _____			



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

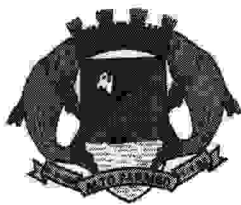
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de pesquisa e preços que foi solicitado.

Alto Paraíso - Paraná, 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SIGILO: () Sim (X) Não

Unidade (s) atendida (s) pelo estudo: Secretária de Cultura

1. Necessidade da Contratação

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

2. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

O município não possui o PCA, no entanto se empenhará em elaborar o Plano de Contratações Anual para vigorar em 2025, considerando o Planejamento de Compras Públicas.

3. Requisitos da Contratação

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas — CNDT;

2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3. Outros

3.1. Cópia de 03 (três) notas fiscais que comprovam o valor proposto.

3.2. Declaração de Responsabilidade.

3.3. Comprovação de Empresário Exclusivo.

4. Estimativas das quantidades para a contratação

Fica estabelecida, como estimativa para contratação, a prestação de serviços pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser prorrogado nos termos da lei 14.133/2021, e havendo concordância de ambas as partes.

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha da solução a contratar

Considerando que este Estudo Técnico Preliminar visa a contratação do show do Cantor Manutti, para as festividades de final de ano, foi realizada uma análise detalhada das necessidades e objetivos do evento, bem como das condições do mercado e das exigências legais. Aqui estão algumas possíveis soluções de mercado encontradas:

Foi Realizado Levantamento verbal de Demandas e as Expectativas com uma pesquisa de mercado e consultas aos órgãos responsáveis pelo turismo e



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

cultura do município para identificar a demanda por eventos culturais e musicais, bem como as expectativas da população em relação ao show do Cantor Manutti. Incluindo a avaliação da popularidade do artista na região, o perfil do público-alvo e as preferências musicais da comunidade.

Análise de Viabilidade Financeira: Realizou-se uma análise financeira detalhada para avaliar a viabilidade da contratação do show do Cantor Manutti, dentro do orçamento disponível para o evento. Isso incluiu estimar os custos envolvidos na produção do evento (como cachê do artista, estrutura, logística, divulgação).

Avaliação da Infraestrutura e Logística: Verificou-se a infraestrutura disponível no local do evento e foi identificado eventuais necessidades de adequação ou melhorias para receber o show do Cantor Manutti com qualidade e segurança. Além disso, é planejamento quanto a logística de transporte, hospedagem e alimentação para os artistas e equipe técnica a qual deverá ser discriminada no Termo de Referência e contrato.

Estudo de Impacto Econômico e Social: Avaliou-se o impacto econômico e social do evento na comunidade local, considerando os aspectos como geração de empregos temporários, aumento do fluxo turístico, aquecimento do comércio local e promoção da cultura regional.

Elaboração de Termo de Referência e Especificações Técnicas: Com base nas informações coletadas, deve ser elaborado um Termo de Referência com as especificações técnicas detalhadas que estabeleçam os requisitos e condições para a contratação do show do Cantor Manutti, incluindo prazos, responsabilidades, e demais aspectos relevantes. Esse documento servirá como base para a realização do processo licitatório ou contratação direta, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021.

Essas soluções de mercado com a análise criteriosa, é possível desenvolver os demais pontos do estudo técnico preliminar com solidez e embasado para a contratação do show do Cantor Manutti, garantindo o sucesso e a legalidade do evento.

Já a justificativa para a escolha da solução, qual seja, show do Cantor Manutti, em detrimento de outros cantores, considerando aspectos como popularidade, identificação com o público-alvo e potencial de atratividade do evento, a exemplo:

Manutti é um cantor reconhecido nacionalmente e desfrutam de uma sólida base de fãs em todo o país. Sua música tem grande apelo junto ao público, especialmente no segmento de música de sertanejo, que é muito popular em diversas regiões do Brasil. Ao contratar o Cantor Manutti, garantimos a presença de um nome de destaque no cenário musical brasileiro, o que aumenta significativamente o potencial de atratividade e sucesso do evento.

Como Alto Paraíso é um município que pode atrair turistas, especialmente pela sua proximidade a atrativos naturais ou por eventos culturais, turistas de outras cidades e até de estados próximos podem ser um público relevante.

Manutti é um artista experiente e consolidado na indústria da música, com uma carreira sólida e uma extensa agenda de shows em todo o Brasil. Sua experiência no palco e profissionalismo garantem um espetáculo de alta qualidade e uma performance envolvente, que atende às expectativas do público e valoriza a imagem do evento e do município como um todo. Além



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

disso, sua equipe técnica está preparada para lidar com os desafios logísticos e operacionais de um evento de grande porte, assegurando o sucesso da realização.

6. Estimativa de preços ou preços referenciais Consta em anexo (X)

A estimativa de preços consta em anexo, conforme proposta e apresentação de cópias de notas fiscais de outros municípios.

7. Descrição da solução como um todo

A administração buscou no mercado artistas cujo conteúdo musical é compatível com as características e ambiente do evento proposto.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Não se aplica o parcelamento, tendo em vista que o objeto da contratação não é divisível.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Pretende-se, com a contratação, confraternização entre os munícipes e visitantes, que visa garantir ao público presente de todas as idades e classes sociais, diversão com segurança e muita alegria.

10. Providências para adequação do ambiente do órgão

10.1 O responsável pela fiscalização contratual;

10.2 Conservação e prazo de garantia dos itens em questão;

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratação correlata e/ou interdependentes.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Não há impactos ambientais a serem considerados.

13. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Diante do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. As características e especificidades do objeto, bem como a singularidade dos serviços e necessidade da Administração Pública, demonstraram a necessidade da contratação via Inexigibilidade.

Elementos obrigatórios.

Justificativa para não contemplação dos demais elementos:

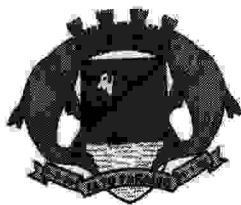
Todos os elementos foram contemplados.

Alto Paraíso - Pr., 10 de Dezembro de 2024.

Elisandra Kelly de Oliveira

Matrícula: 11096-1

Assim, solicito que: A CONTRATAÇÃO seja firmada através de processo de:
() Dispensa de Licitação (X) Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no fundamento legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21, conforme detalhamento abaixo:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

DETALHAMENTO DO SERVIÇO: Conforme Item 1 deste Documento de Formalização de Demanda.

CONTRATADA: ARREDIO PRODUÇÕES ARTISTICA, CNPJ: 22.997.779/0001-75.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado integralmente após o 1º dia útil subsequente a realização do show, mediante a emissão da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, (Cheque Nominal ou depósito, em Conta Corrente do contratado ou transferência eletrônica).

VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) DIAS da assinatura do contrato.

BASE LEGAL DA DESPESA: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21

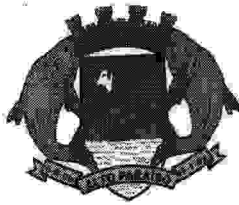
Que os autos sejam encaminhados para fins de análise e, se for o caso, emissão de parecer jurídico ou técnico, conforme previsto no Art. 72, Inciso — V, da Lei nº 14.133/2021; Que sendo a despesa AUTORIZADA e RATIFICADA pela autoridade competente, seja publicado o extrato nos termos da lei.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

Taynara S de Oliveira Santos

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS

Secretaria de Cultura



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0027

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

MATRIZ DE RISCO

Risco 01: Licitação Deserta

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Planejamento considerando as atuais necessidades;

Risco 02: Contratada com serviços desqualificados

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação;

Ação de Contingência: Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário;

Risco 03: Não conformidade com as medidas exigentes

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Fiscalização dos serviços com as normas exigentes;

Ação de Contingência: Solicitar que a Contratada refaça o serviço adequado;

Risco 04: Atrasos na Entrega

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Notificar a empresa para que a mesma cumpra o prazo estabelecido;

Ação de Contingência: Aplicar sanção do Contrato.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

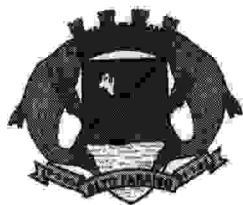
Elaborado por:


Wesley Rafael Felipe
Matrícula: 12688-1

Revisado por:



TAYANA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS
SECRETARIA DE CULTURA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

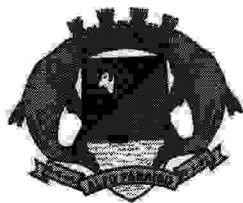
TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE CULTURA

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0029

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

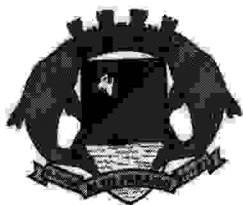
DECLARO para os devidos fins de direito e em cumprimento ao Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, que revendo o orçamento vigente para o exercício de 2024, existe saldo orçamentário para cobertura das despesas descritas na solicitação da Comissão de Licitações, nas seguintes dotações, do orçamento vigente:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
28580	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02..13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
CONTADOR



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

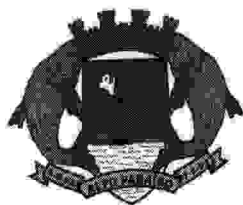
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE CULTURA

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0032

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

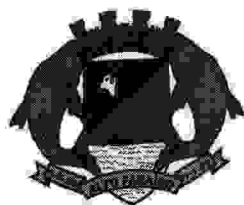
A Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, e atendendo ao que dispõe o Art. 72, IV da Lei Federal nº. 14.133/21, declaro que há na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR, recursos orçamentários e financeiros sobre as rubricas, para o objeto acima em epigrafe, abaixo discriminadas.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
28580	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02..13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

ANDRE LUIZ LEME JARDIM
SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0033

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

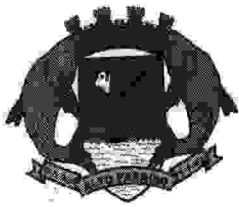
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0034

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

II. MOTIVAÇÃO/ JUSTIFICATIVA: Atração de Público e Turistas:

A realização de um show com um cantor reconhecido nacionalmente pode atrair um grande número de pessoas, tanto moradores locais quanto turistas de outras regiões. Isso pode impulsionar o turismo local, aumentar a visibilidade do município e contribuir para a economia local, através do aumento do fluxo de visitantes e do consumo nos estabelecimentos comerciais.

Valorização Cultural e Artística: A presença de um artista renomado pode valorizar a cultura local, proporcionando uma experiência cultural enriquecedora para a população e promovendo a diversidade artística. Além disso, a realização de eventos culturais de qualidade pode contribuir para a formação de plateia e estimular o interesse da comunidade pelas artes, música e entretenimento.

Promoção do Município: Um show de um cantor famoso pode servir como uma poderosa ferramenta de promoção do município, gerando repercussão positiva na mídia e nas redes sociais. Isso pode atrair a atenção de investidores, empresas e potenciais moradores, contribuindo para a imagem positiva e o desenvolvimento econômico da cidade a longo prazo.

Fomento ao Setor de Eventos e Entretenimento: A realização de eventos como shows contribui para o fomento do setor de eventos e entretenimento local, gerando oportunidades de trabalho e renda para artistas, produtores culturais, técnicos de som, iluminação, segurança, entre outros profissionais. Além disso, a movimentação econômica gerada pelo evento pode beneficiar diversos segmentos da economia local.

Incremento do Fluxo Turístico e Hoteleiro: A presença de um show de renome pode impulsionar a ocupação hoteleira e o comércio de serviços turísticos, como restaurantes, bares e lojas. Isso pode gerar receitas adicionais para o setor de turismo e contribuir para a geração de empregos temporários e o fortalecimento da infraestrutura turística do município. Ou seja, destacam os potenciais benefícios econômicos, culturais e sociais que a contratação de um show de determinado cantor pode trazer para um município, alinhando-se às exigências de planejamento e fundamentação técnica estabelecidas pela Lei Federal 14.133/2021 para contratações públicas.

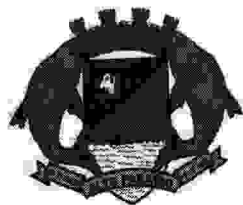
III. PARÂMETROS DA LICITAÇÃO:

Contratação direta por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

IV. RAZÃO DA ESCOLHA:

Para a escolha a administração buscou no mercado artistas cujo conteúdo musical é compatível com as características e ambiente do evento proposto.

O município não dispõe de empresa ou representa empresarial na área de eventos e shows artísticos, o Cantor Manutti, é consagrado pela opinião pública e crítica especializada, o trabalho é personalizado com uma identidade impar, que mescla os ritmos dançantes e animados.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

000035

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

V. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Repertório:

Repertório com os principais Hits.

Início do show: 22h00

Duração: 01h40min

Incluso no cachê transporte dos músicos, cenários, material técnica, hospedagem, alimentação.

VI. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

O produtor que representa o cantor apresentou materiais gráficos, fotos e/ou outros documentos comprovando o reconhecimento regional da mesma, bem como sua atuação no mercado de shows e eventos.

VII. EXECUÇÃO DO OBJETO:

Contrato de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura ou até o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, a apresentação do show ocorrerá no dia 28 de Dezembro de 2024.

VIII. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL:

Valdemir Ribeiro Sparapan

Telefone (44) 3664-1320

E-mail: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com

IX. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pela contratante no primeiro dia útil após o evento, mediante emissão de Nota Fiscal eletrônica por parte do contratado e emissão de ordem de pagamento da Secretaria Municipal de Cultura.

Dos pagamentos devidos à contratada, serão retidos os valores para o INSS, IMPOSTO DE RENDA e ISSQN sobre os serviços executados, dependendo do caso.

X. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: SICOOB

Agência/Cooperativa: 4393

Conta Corrente jurídica: 7683

CNPJ: 22.997.799/0001-75

XI. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Fiscalizar a prestação dos serviços;

Cumprir com as obrigações acordadas em contrato, mais especificamente, honrar o pagamento dos honorários dentro dos prazos fixados e repassar a documentação solicitada, necessária ao bom andamento dos serviços.

Prover o acompanhamento geral dos serviços objeto do Contrato, através de um responsável designado;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

0036

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

Fornecer informações, dados e diretrizes eventualmente solicitadas pela contratada;
Fornecer estrutura de apoio à execução dos trabalhos, tais como palco, som, iluminação, camarins, banheiros químicos, local mobiliado conforme as necessidades contratuais, atendendo às solicitações da Contratada (**rider técnico**) para melhor execução do serviço;
Facilitar o acesso e contato com a estrutura da Prefeitura ora CONTRATANTE, em todos os níveis, possibilitando localização imediata dos dados, documentos e informações necessários;
Se necessário, paralisar ou suspender a qualquer tempo, desde que devidamente motivada, a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;
Ressarcir à contratada os custos acessórios devidamente comprovados;
Tomar ciência e acompanhar todas as obrigações da Contratada, tomando todas as providências decorrentes;
Promover outras ações visando o bom desempenho dos trabalhos realizados pela Contratada.

XII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deverá prestar o serviço, descrito na requisição de serviço anexa a este processo, CONFORME PROGRAMAÇÃO APRESENTADA e nos horários determinados pela Secretária Municipal de Cultura, sob pena de configuração de inadimplência contratual, seguida de rescisão;

Responsabilizar-se pelos ônus decorrentes de despesas com extravio e danos acidentais no trajeto;

Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do presente contrato;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções;

Executar o objeto dentro do prazo estipulado;

Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;

Emitir Nota Fiscal, onde conste dado bancário, para efeito de pagamento.

Arcar com os custos inerentes às despesas com cache, transporte, hospedagem e alimentação (conforme apresentação da proposta).

Arcar com a taxa junto a ECAD, se necessário.

A partir de 11 de outubro de 2023, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 65/2023, na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

II - as autarquias;

III - as fundações municipais;

Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e artigo 3º do Decreto Municipal n. 65 de 11 de outubro de 2023.

A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0037

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos I e II do Decreto Municipal 65/2023, ambos em conformidade com a Instrução Normativa RFB Nº 1234 de 11 de janeiro de 2012.

A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN nº 140/201.

XIII. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

A escolha foi feita pela Secretaria Municipal de Cultura juntamente com o conselho municipal, de acordo com o estudo técnico preliminar.

XIV. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO:

Comprovações de cachês, feitas via notas fiscais do contratado ou contratos com Prefeituras ou empresas particulares, fornecidas pela contratada.

XV. SANÇÕES:

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ensejará a aplicação das penalidades previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

XVI. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

GESTOR DO CONTRATO: Taynara Silvério de Oliveira Santos

FISCAL DO CONTRATO: Eudinete Pedrola da Silva

Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 171 da Lei Nº 14.133/2021.

XVII. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
28580	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

XVIII. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo município de Alto Paraíso/PR, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

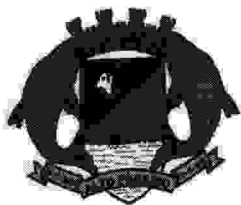
Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral emitido pelo Município de Alto Paraíso/PR, deverão ser encaminhados pelo licitante.

HABILITAÇÃO JURÍDICA – REGISTRO CADASTRAL

Pessoa física (se admitida a participação no Termo de Referência): cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

6.0040

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

Pessoa Jurídica - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

OUTRAS COMPROVAÇÕES

Declaração de Responsabilidade.

Comprovação de Empresário Exclusivo.

XIX. CONDIÇÕES GERAIS:

O show tem previsão de começar as 22h00min horas com duração de 1h40min.

O transporte, alimentação, hospedagem, ecad, e demais encargos tributários serão de responsabilidade da contratada;

A sonorização, iluminação e palco serão disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso;

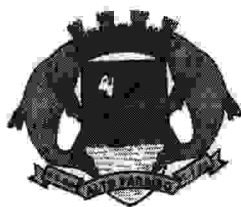
Cachê no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais).

Alto Paraíso/PR; 03 de Dezembro de 2024.

Taynara S. de Oliveira Santos

TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS

Secretário Municipal de Cultura



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0041

MINUTA DO CONTRATO XX
PROCESSO XXX/2024
INEXIGIBILIDADE Nº XXX/2024

CONTRATO DE AMINISTRATIVO Nº XXX/2024

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
_____/PR, E _____

MUNICÍPIO DE _____, inscrito no CNPJ/MF sob o _____, com sede administrativa na _____, nº _____, centro, CEP 87-528-000, _____/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, n. _____, Bairro _____, município de _____-PR, neste ato representado por _____, doravante denominada de CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 3195, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n. _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente contrato foi autorizada pela Autoridade Superior do município, ato de _____ / 2024, o qual consta dos autos, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislações municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como OBJETO, a realização de apresentação artística (show) nas comemorações da festividade da _____descrever evento_____, pela _____artista_____, neste ato representado pela CONTRATADA, empresário exclusivo, com os seguintes dados:

DATA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0042

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

LOCAL DO SHOW:	*****	
HORA PREV. INÍCIO:	*****	
CIDADE:	_____	PARANÁ
DURAÇÃO SHOW:	*****	

1.2 O show mencionado nesta cláusula compreende unicamente a apresentação pública do _____ artista _____, não podendo ser entendido em qualquer hipótese, sob qualquer alegação ou pretexto, que este contrato esteja vinculado ou associado a qualquer outro tipo de atividade que não a especificada, ficando ainda consignado que os dados e/ou informações acima serviram de base para todas as negociações que resultaram nas condições e cláusulas ora pactuadas.

1.3 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.

1.4 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.

1.5 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.

1.6 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do serviço/fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Projeto Básico que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.8 Os documentos referidos no item 1.6, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

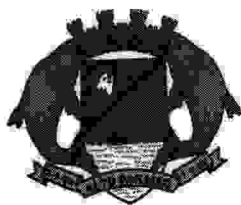
3.1 O prazo de vigência da contratação é de até 60 (sessenta) dias contados do(a) publicação no PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 Os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida, em hipótese alguma, a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, sendo que a execução deverá obedecer, integralmente, as condições estabelecidas na Proposta apresentada pela Contratada.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0743

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor da contratação é de R\$ (.....), perfazendo os custos relacionados ao cachê do artista, transporte, hospedagem, diária de alimentação, dentre outros, nos termos do §2º do art. 94 da Lei n. 14.133/2021, conforme planilha abaixo ou planilha anexa.

5.2 O pagamento acordado no item acima, pela Contratante, obedecerá o seguinte cronograma de pagamento:

- _____ % na data de assinatura do contrato, conforme detalhado na proposta apresentada e consignado como condição indispensável para a prestação do serviço, nos termos do §1º do art. 145 da Lei n. 14.133/2021;
- _____ % até a data de _____ de _____ de 2024.]

5.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 FORMA DE PAGAMENTO

6.1.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.1 Serão pagos os valores conforme notas atestadas pela Gestora do Contrato, após a competente liquidação.

6.1.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2 PRAZO DE PAGAMENTO

6.2.1 O pagamento será efetuado integralmente após o 1º dia útil subsequente a realização do show, mediante a emissão da Nota Fiscal/ Fatura devidamente atestada, (Cheque Nominal ou depósito, em Conta Corrente do contratado ou transferência eletrônica).

6.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.2.3 A não realização de quaisquer dos pagamentos ora citados, na forma e prazos declinados, retira o direito da CONTRATANTE à execução do serviço a ser prestado pela CONTRATADA, hipótese em que será aplicada a multa prevista na cláusula décima segunda.

6.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

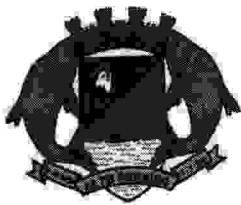
6.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6.3.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, consolidado em julho/2023.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

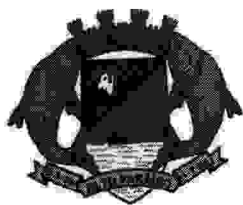
7.7 O reajuste será registrado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 045

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

-
- 8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.1.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9 Disponibilização do espaço para a realização da apresentação musical, devidamente estruturado, conforme especificações constantes do "rider técnico" fornecido pela CONTRATADA;
- 8.1.10A CONTRATANTE se obriga a providenciar e instalar no local do evento os equipamentos de iluminação, sonorização e palco montado e disponível para a CONTRATADA, horas antes da abertura do show, para passagem de som e montagem de cenário devendo ocorrer impreterivelmente nos horários previamente solicitados;
- 8.1.11 Fica sob a integral responsabilidade da CONTRATANTE a contratação e pagamento dos equipamentos de sonorização e iluminação, de acordo com as especificações que lhe serão entregues por ocasião da assinatura do presente instrumento, responsabilizando-se ainda, por seu transporte, montagem e desmontagem, além de eventual operação;
- 8.1.12 Exigir o cumprimento fiel do contrato pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.13 O direito de acompanhar e fiscalizar por representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
- 8.1.14 Obrigar o Contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 8.1.15 Responsabilizar a Contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 8.1.16 Emitir a Ordem de Serviço para início dos serviços, os quais não poderão ser iniciados, em nenhuma hipótese, antes de receber tal documento;
- 8.1.17 Controlar e fiscalizar a entrega dentro da amplitude necessária à salvaguarda de seus interesses, anotando em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- 8.1.18 Notificar a contratada, imediatamente, sobre faltas e defeitos observados na execução dos serviços;
- 8.1.19 Reter da contratada importância, tão próxima quanto possível, do valor das parcelas pleiteadas, caso ajuizada reclamação trabalhista contra a contratada, por empregado alocado aos serviços, em que a contratante tenha sido notificada para integrar a lide;
- 8.1.20 Efetuar e assinar as avaliações e relatórios dos serviços;
- 8.1.21A CONTRATANTE se responsabiliza por tomar todas as medidas de segurança necessárias;
- 8.1.22A CONTRATANTE responsabiliza-se pela liberação da realização do espetáculo junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como às autoridades



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0046

locais, inclusive o pagamento do ECAD, além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por forças de lei;

8.1.23 Será de exclusiva responsabilidade e correrá às expensas da CONTRATANTE a preparação, produção e veiculação de peças publicitárias.

8.1.24 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.25 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.26 A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.27 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;

8.1.28 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, se responsabilizando pela presença dos Artistas às _____ horas do dia _____, no _____, para fazer sua apresentação, salvo as situações de caso fortuito ou força maior (enchentes, queda de barreiras que impeçam a passagem da rodovia dos membros da equipe, catástrofes, qualquer doença ou mal subido, ou algum problema grave) que impeça qualquer um dos Artistas de comparecer, o que ocasionará a escolha de outra data para a realização do espetáculo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, indicando preposto para representa-lo no local do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

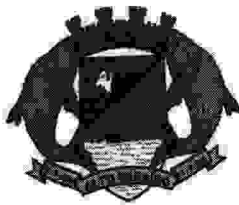
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

-
- I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
 - II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;
 - III - comprovante da regularidade para com o FGTS;
 - IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.
- 9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.18 Manter seus empregados devidamente identificados por crachá e uniformizados em padrão único, fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, devendo substituir imediatamente qualquer um deles cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e as normas disciplinares da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;
- 9.1.19 Realizar a retirada dos equipamentos no prazo máximo de 06 (seis) horas após a realização do evento, sob pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis;
- 9.1.20 Manter reserva dos equipamentos para substituição nos casos de avaria ou sinistros, defeitos entre outros, correndo às suas expensas as despesas provenientes de tal necessidade;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0048

9.1.21 Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas pela CONTRATANTE, nos locais e em seu entorno, devendo ainda, obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos locais de realização dos eventos;

9.1.22 Manter equipe técnica suficiente, formalmente designada, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, a fim de realizar manutenção dos itens contratados, sempre que solicitado;

9.1.23 A CONTRATADA e seus funcionários deverão tratar os representantes da Administração Municipal, bem como ao público em geral, com eficiência, urbanidade e presteza;

9.1.24 Ser pontual quanto aos horários de início dos eventos para não alterar a programação do mesmo, assim como não permitir que nenhuma pessoa que não esteja autorizada pelas Secretarias de Turismo e da Administração Municipal pronuncie-se durante a apresentação musical;

9.1.25 Reserva de direito de suportar o atraso para o início do show em até 30 minutos (trinta) após o horário previsto neste contrato;

9.1.26 Em comum acordo com o artista, produção e contratante a banda poderá convidar um artista local para fazer uma apresentação, desde que a mesma não venha a atrapalhar ou criar embaraços para o show da banda.

9.1.27 Havendo disponibilidade a CONTRATADA deverá encaminhar para a contratante material para auxiliar na divulgação do evento, como Cds e ou DVDs.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

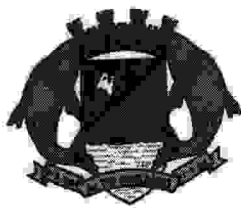
10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada, além da inexistência de pagamento antecipado para a execução dos serviços objeto deste contrato.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0049

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

- (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

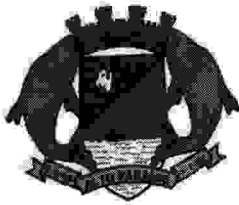
12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0550

previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
28580	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02..13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4 Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no inciso II do art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 10 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato, respeitada a previsão do §2º o art. 94 da Lei 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 052

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Xambrê/PR, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

_____/PR, ____ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE _____

Dercio Jardim Junior

Prefeito

CONTRATADO

Testemunhas:

CPF nº :

CPF nº :



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0053

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

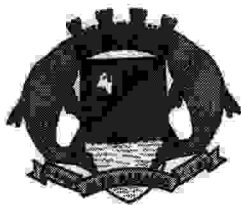
TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Gabinete do Prefeito, para a **AUTORIZAÇÃO** do objeto a ser licitado, para a seguinte secretaria.

SECRETARIA DE CULTURA

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0054

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE
CONTRATAÇÃO**

DESPACHO

Ante a necessidade de contratação

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM
COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE
ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

RESOLVO:

Autorizar a abertura de processo administrativo para
contratação dos serviços acima mencionados, devendo os autos serem
encaminhados ao Setor de Licitação para as providências cabíveis, colhendo-se
proposta, verificando-se o valor de mercado praticado e a habilitação da
empresa para execução dos serviços e que atendam as exigências da Lei
14.133/2021.

Requeiro que sejam disponibilizados os recursos
orçamentários e financeiros, bem como apresentado dotação orçamentária e
suporte financeiro para cobrir as despesas dos serviços solicitados, tendo em
vista que a cobertura das despesas solicitadas será com recursos do
duodécimo;

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a
ocasião para renovar-lhe voto de real estima e apreço.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 (dez) do mês
Dezembro de 2024.

Atenciosamente,

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 55

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

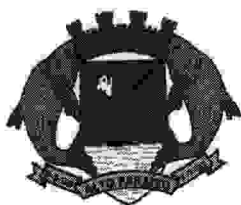
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI,
EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO
DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a
AUTORIZAÇÃO para contratação do objeto acima.

Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0056

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ILMO. Sr.
Dercio Jardim Junior
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2024
Procedimento de inexigibilidade de licitação nº. 025/2024

INTERESSADO:

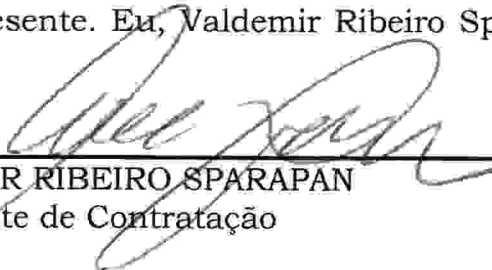
- AUTUAÇÃO -

Aos 10 de Dezembro de 2024, autuo os presentes autos de nº. 025/2024, Inexigibilidade de Licitação, o qual versa sobre inexigibilidade de procedimento licitatório.

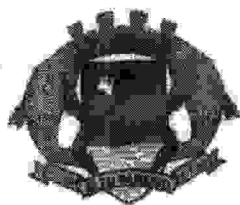
OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Do que para constar lavrei o presente. Eu, Valdemir Ribeiro Sparapan, que a esta lavrei e assino.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08 / 03 2024

Edição N.º 12.965

PORTARIA Nº 046/2024

SÚMULA: DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS INERENTES À EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E SEUS REGULAMENTOS, ALÉM DE SER O RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS DE COMPRA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3187 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata de Agente de Contratação;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO, o caput do art. 8º e ainda que conforme o parágrafo 1º do artigo art. 8º a Lei Federal 14.133/2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio.

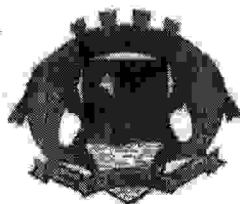
CONSIDERANDO que conforme o Decreto n. 3187 de 21 de Fevereiro de 2024, o Agente de Contratação poderá ser o responsável pela Condução dos Procedimentos de Compra Direta ou em caso de ser outra pessoa que não o Agente de Contratação nos termos do Decreto Municipal, deverá haver nova designação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no âmbito Executivo Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, o Agente de Contratação abaixo relacionado, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, além da condução do procedimentos de Compra Direta.

Agente de Contratação:

- NOME: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
- Matrícula – 12009-1



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Equipe de Apoio:

- NOME: Cinthia Laize Zagoto
Matrícula – 12505-1
- NOME: Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Matrícula – 12513-1
- NOME: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Matrícula – 12408-1

§1º - No âmbito da modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado pregoeiro.

§2º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação ou por outro servidor a ser designado pela autoridade competente em Portaria própria, nos termos do art. 72 da lei 14.133/2021.

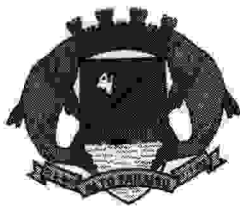
Art. 2º - O Agente de contratação será assistido em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 3º - O Agente de Contratação, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos que vierem a ser aprovados e que serão recepcionados por esta portaria, inclusive sobre ela prevalecendo, caso haja conflito das suas redações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial as portarias nº 072 e 073 ambas do dia 29 de Março de 2023.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0159

ATA DE FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 115/2024 INEXIGIBILIDADE DE N.º 025/2024.

Aos 10 (dez) dias do mês de Dezembro, do ano de 2024, às 15:00 horas, reuniu-se o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio desta Prefeitura, com a finalidade de verificar se estão presentes os elementos do art. 72, para fundamentar a contratação de Artista nos termos do Inciso II do art. 74 da Lei n. 14.133/21, referente ao processo em epígrafe. Aberta a sessão, constatamos que:

1 - JUSTIFICATIVA:

A justificativa foi devidamente apresentada pela Sra. Taynara Silverio de Oliveira Santos, Secretária de Cultura, através do respectivo documento de formalização de demanda, onde consta:

“Justificativa da necessidade da contratação: O show do cantor Manutti nas festividades de final de ano em Alto Paraíso - PR, é uma excelente oportunidade para enriquecer as celebrações e promover um evento de alta qualidade para a população e visitantes da cidade. A escolha do cantor se baseia em diversos fatores que visam à valorização cultural, à promoção do turismo local e ao entretenimento de qualidade para a comunidade. Manutti é um cantor renomado na cena musical brasileira, com um público fiel e uma carreira consolidada. Sua presença nas festividades proporcionará um show de alto nível, atraindo uma grande audiência e, consequentemente, movimentando o comércio local e a economia da cidade. Durante o período de final de Ano, Alto Paraíso recebe visitantes de outras regiões, e a presença de um artista de destaque como Manutti contribui para a promoção do município, destacando-o como destino turístico de eventos culturais. Isso fortalece a imagem da cidade, atraindo mais turistas e gerando uma ampla visibilidade na mídia. O evento proporcionará uma experiência cultural enriquecedora para a comunidade local, oferecendo um repertório musical diversificado e acessível a todas as faixas etárias. Manutti, com seu estilo único, oferece uma performance capaz de agradar tanto os jovens quanto os adultos, criando uma atmosfera de celebração e união para todos os presentes. O evento impulsionará a economia local, com a movimentação de diversos setores. A realização de festividades de grande porte, como o show de Manutti, contribui significativamente para a geração de empregos temporários e para o aumento da arrecadação de impostos no município. Além de entreter e atrair turistas, o evento promove a inclusão social ao proporcionar a toda a população de Alto Paraíso a oportunidade de participar de uma festividade cultural de grande porte. A realização de eventos como este fortalece o senso de pertencimento e a identidade cultural local, criando memórias positivas para os cidadãos. Ou seja, destacam os potenciais benefícios econômicos, culturais e sociais que a contratação de um show de determinado cantor pode trazer para um município, alinhando-se às exigências de planejamento e fundamentação técnica estabelecidas pela Lei Federal 14.133/2021 para contratações públicas”.

2 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

A razão da escolha foi apresentada no despacho que autorizou a abertura do processo, de acordo com a requisição emanada da Secretaria de Cultura, por entender que os serviços da empresa ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, empresário exclusivo do Cantor Manutti, são os que se adéquam à necessidade da Administração e no caso da dupla, restou comprovado que é reconhecido e apreciado pela opinião pública, conforme comprovado por referências em cartazes de festas.

3 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Foram apresentados os documentos fiscais mínimos exigidos no art. 63 da Lei n. 14.133/21, sendo que todos estão anexados ao processo, dentro do prazo de validade e atendem às normas legais vigentes.

4 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foi apresentada pesquisa de mercado para justificar o preço a ser contratado, onde o fornecedor demonstra cobrar preço razoável e similar de outros com quem contratou para evento de mesmo porte, sendo baseado na média aritmética das três notas fiscais da prestação do serviço da empresa, compatível com o objeto do processo (documento anexo aos autos), a fim de comparar o preço proposto com os preços praticados pelo executante junto a outras instituições públicas ou privadas.

5 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

Foram apresentados pelo setor Demandante, bem como pelo Departamento Contábil Municipal, a disponibilidade orçamentária de financeira, respeitando a previsão contida no inciso IV do art. 72 da Lei n. 14.133/21.

6 - DO PAGAMENTO ANTECIPADO:

Conforme previsão no Art. 145 “Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços” não será realizado nenhum pagamento de forma antecipada.

7 - CONCLUSÃO:

Examinada a proposta, a documentação fiscal, e demais informações constantes do processo, o Agente de Contratação entende que foram apresentados os elementos constantes do art. 72 da Lei nº 14.133/21, para contratação fundamentada no inciso II do art. 74 da mesma lei, conforme a seguir:

Objeto: Contratação de Show Artístico Com o Cantor Manutti, em comemoração as Festividades de Final do Ano do Município de Alto Paraíso, no dia 28 de Dezembro de 2024.

Executante: ARREDIO PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA

Valor: R\$ 114.524,00

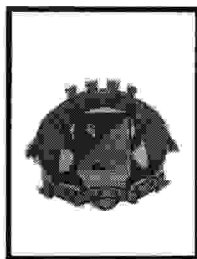
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, foi por todos assinada, e será encaminhada ao Departamento Jurídico para análise, manifestando acerca da legalidade da contratação, nos termos do inciso III do art. 72 da Lei de Licitações.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação

UESLEI GONÇALVES R. DA SILVA
Membro

MARILDA ROSA DO N. DA SILVA
Membro

CINTHIA LAIZE ZAGOTO
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

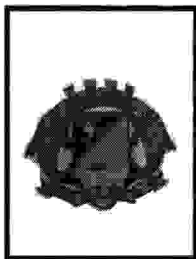
PROPONENTE: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	16-12-2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	25-01-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	14-12-2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	26-12-2024
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	12-04-2025
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	26-12-2024
Declaração de Responsabilidade	SIM	OK	
03 Notas Fiscais	SIM	OK	
Exclusividade	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS		
Prazo de Entrega	05 DIAS		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

Validade da Proposta	60 DIAS		
Garantia			
Assinaturas	SIM		
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM		
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 10/12/2024

Assinatura do Membro Conferente



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico,
Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

0163

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

54201187404

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Nome: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MSP2100503980

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERAÇÃO
		2211	1	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO
		2005	1	SAÍDA DE SÓCIO/ADMINISTRADOR

CAMPO GRANDE

Local

23 Novembro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Processo em Ordem
A decisão

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54784817 em 02/12/2021 da Empresa ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, CNPJ 22997799000175 e protocolo 210965908 - 23/11/2021. Autenticação: 9D3F65E7BECF33BEF6DC2ED351B2D9EDECA90, Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 21/096.590-8 e o código de segurança OVO9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2021 por Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral.

NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO GERAL

pág. 1/10




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/096.590-8	MSP2100503980	19/11/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
957.954.561-87	FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO	23/11/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54784817 em 02/12/2021 da Empresa ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME, CNPJ 22997799000175 e protocolo 210965908 - 23/11/2021. Autenticação: 9D3F65E7BECF33BEF6DC2ED351B2D9EDECA90. Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 21/096.590-8 e o código de segurança OVO9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2021 por Nivaldo Domingos da Rocha – Secretário-Geral.


NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO-GERAL

ARREDIO PRODUCÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME

CNPJ: 22.997.799/0001-75

JUCEMS/NIRE: 54201187404

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento que ora fazem:

1. **FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO**, brasileiro, pecuarista e cantor, solteiro, conhecido artisticamente como MANUTTI, nascido em 25/10/1982, portador do CPF nº 957.954.561-87 e da cédula de identidade RG nº 986.432-SSP/MS, domiciliado e residente à Avenida Noroeste, nº 5344, Bairro Centro, na cidade de Campo Grande-MS, CEP 79002-010;
2. **FLAVIO RENATO DE OLIVEIRA GUEDES**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em 18/12/1985, portador do CPF nº 006.370.861-20 e da cédula de identidade RG nº 1050649-SEJUSP/MS, domiciliado e residente à Rua Luiz Charbel, nº 510, Bairro Jardim Mansur, na cidade de Campo Grande-MS, CEP 79051-780; e

Sócios da sociedade limitada que gira sob a denominação social de **ARREDIO PRODUCÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME** e tem sua sede e foro na Avenida Progresso, nº 484, Bairro Vila Progresso, na cidade de Campo Grande (MS), CEP: 79080-405, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 22.997.799/0001-75 devidamente registrada e arquivada na JUCEMS sob nº 54201187404 em 05/08/2015, resolvem, por este instrumento particular de alteração contratual, alterar o seu contrato social e alteração anteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Cláusula Primeira - O sócio **FLAVIO RENATO DE OLIVEIRA GUEDES**, que possui na sociedade R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente do país, retira-se da sociedade, vendendo e transferindo a totalidade de suas quotas, pelo mesmo valor nominal ao sócio **FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO**, já devidamente qualificado anteriormente neste instrumento.

Cláusula Segunda - O sócio **FLAVIO RENATO DE OLIVEIRA GUEDES**, dá ao sócio **FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO**, plena, rasa e geral quitação da sessão das quotas ora efetuadas, declarando este conhecer a situação econômica-financeira da sociedade, ficando sub-rogados os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento particular.

Cláusula Terceira - O capital social no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, divididos em 50.000,00 (cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim ao atual sócio quotista:

ÚNICO SÓCIO	QUOTAS	VALOR R\$	%
FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO	50.000	50.000,00	100,00
Total.....	50.000	50.000,00	100,00



Cláusula Quarta – A partir desta data a Sociedade passará a ser uma Sociedade Limitada Unipessoal, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

Cláusula Quinta – Altera o endereço da sede para Avenida Noroeste, nº 5344, Bairro Centro, CEP 79002-010, na cidade de Campo Grande – MS.

Cláusula Sexta – Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Cláusula Setima – Em razão das modificações contratuais, o único sócio resolve consolidar o contrato social tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, passando a ter a seguinte redação.

O SÓCIO REVENDO O CONTRATO SOCIAL E OS DEMAIS ATOS DE ALTERAÇÃO RESOLVE PROCEDER SUA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL, PASSANDO O PRESENTE ATO A REGER A VIDA DA SOCIEDADE MEDIANTE AS CONDIÇÕES QUE SEGUE.

1ª – A Razão Social da Sociedade Limitada Unipessoal gira sob o nome: **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME**, que será regida por este instrumento de constituição e considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade tem como nome fantasia **MANUTTI**.

2ª - O objeto social é: ATIVIDADES DE SHOWS E CONCERTOS, DE CONJUNTO MUSICAL, DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS MÚSICAIS E PRODUÇÃO MUSICAL; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO; ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES; FILMAGEM DE FESTA E EVENTOS; ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES E SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.

3ª - A sede da sociedade limitada unipessoal é na AVENIDA NOROESTE, número 5344, Bairro CENTRO, município CAMPO GRANDE – MS, CEP 79002-010.

4ª - A sociedade limitada unipessoal iniciou suas atividades em 05/08/2015 e seu prazo de duração é indeterminado.

5ª - O capital social no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, divididos em 50.000,00 (cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim ao atual sócio quotista:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$	%
FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO	50.000	50.000,00	100,00
Total.....	50.000	50.000,00	100,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

6ª - A administração da sociedade limitada unipessoal caberá ao sócio único FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

Parágrafo Primeiro: Ao administrador da sociedade limitada unipessoal compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filias, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

Parágrafo Segundo: Faculta-se ao sócio único administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operação que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

7ª - O sócio único administrador, fixará uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

8ª – O sócio único administrador declara sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fê pública ou a propriedade.

9ª – Esta sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte de território nacional ou no exterior mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

10ª – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço d e resultado econômico, cabendo ao sócio único, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único: Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros se os mesmo forem distribuídos com prejuízo do capital.

11ª – Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especilamente levantado.

12ª – A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

13ª – O sócio único da sociedade limitada unipessoal declara sob as penas da Lei, que:

- a) Se enquadra na condição de MICROEMPRESA;
- b) O valor da receita bruta anual da sociedade não excederá o limite fixado no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
- c) Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do artigo 3º da mesma Lei.

14ª – Fica eleito o foro de CAMPO GRANDE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente deste contrato, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio do titular. Lavrando em 01 (uma) via, lido, compreendido, conferido e elaborado de conformidade com intenção do sócio único ora presente e que o mesmo assina o presente instrumento de Constituição de Sociedade Limitada Unipessoal, obrigando-se fielmente por si, seu herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Campo Grande - MS, 28 de Setembro de 2021

FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO

SÓCIO-ADMINISTRADOR

FLAVIO RENATO DE OLIVEIRA GUEDES

SÓCIO





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/096.590-8	MSP2100503980	19/11/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
957.954.561-87	FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO	23/11/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

006.370.861-20	FLAVIO RENATO DE OLIVEIRA GUEDES	01/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54784817 em 02/12/2021 da Empresa ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, CNPJ 22997799000175 e protocolo 210965908 - 23/11/2021. Autenticação: 9D3F65E7BECF33BEF6DC2ED351B2D9EDECA90. Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 21/096.590-8 e o código de segurança OVO9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2021 por Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral.


NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 8/10

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.997.799/0001-75 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 05/08/2015	
NOME EMPRESARIAL ARREDIO PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MANUTTI			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-02 - Produção musical			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV NOROESTE		NÚMERO 5344	COMPLEMENTO *****
CEP 79.002-010	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAMPO GRANDE	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO FREIRE.GHERSEL@GMAIL.COM		TELEFONE (67) 3325-2727/ (67) 9185-2571	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/08/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 14/10/2024 às 17:58:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 22.997.799/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:01:11 do dia 19/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/12/2024.

Código de controle da certidão: **F051.4E90.C03F.31F3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



0073

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS NÚM: 034090/2024

CNPJ: 22.997.799/0001-75

Certifico que, verificando os registros relativos aos controles de créditos tributários do Estado, constatou-se que, até a presente data, não constam dívidas decorrentes de créditos tributários constituídos e débitos não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, pendentes de pagamento, e nem pendências de obrigações acessórias e cadastrais, de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima indicada.

Fica ressalvado o direito de o Estado de Mato Grosso do Sul apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários e não tributários anteriores e posteriores, inclusive no período compreendido nesta certidão.

O número do CPF/CNPJ acima indicado corresponde ao número informado, sob a responsabilidade do próprio solicitante da certidão, circunstância que torna necessária a sua conferência pelo destinatário da certidão.

Esta certidão refere-se à situação fiscal do contribuinte do âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado.

Certidão expedida com base no art. 294 da Lei n. 1.810, 22 de dezembro de 1.997; art. 178 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n° 9203, de 18 de setembro de 1998, e art. 3° do Decreto n. 15.491, de 5 de agosto de 2020.

Certidão emitida às 11:13:35 horas do dia 25/11/2024 (hora e data - MS).

Certidão válida até sessenta dias a contar da data de sua expedição.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado de Fazenda (www.sefaz.ms.gov.br) ou da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.ms.gov.br).



Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Campo Grande
Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

010074

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIO

Nº: 259626/24-12

Dados da Empresa

Inscrição Municipal: 0020777900-8

Situação: Ativa

Contribuinte: 22.997.799/0001-75 ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA

Nome Fantasia: MANUTTI

Endereço:

AVENIDA NOROESTE, 5344

Bairro: BAIRRO CENTRO Cidade: CAMPO GRANDE - MS

CEP: 79.002-010

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO À ATIVIDADE ECONÔMICA DESCRITA ACIMA.

Reserva-se o direito de a Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, bem como, aquelas pagas até esta data, mediante cheque, ainda não compensados, nos termos do que dispõe o Parágrafo 2 do Artigo 162 da CTN.

Validade até: 14 de dezembro de 2024

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada.

Campo Grande(MS), 14 de novembro de 2024.



A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço eletrônico <http://certidoes.campogrande.ms.gov.br/#/verificar-autenticidade>.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 27F0EB26E26AF60D0F303353D28E8A4D



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG

Nº481407/24-90

DADOS DO CONTRIBUINTE:

Nome/Razão Social: ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CPF/CNPJ: 22.997.799/0001-75

Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados.

CERTIFICAMOS para fins de direito, que esta Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restritos ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado.

CONSTATAMOS A NÃO EXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL até a presente data .

A presente certidão foi emitida através de pesquisa realizada de acordo com as informações prestadas pelo solicitante e tem a sua eficácia até a data de validade, desde que sem rasuras.

Validade até: 9 de janeiro de 2025

Campo Grande, 10 de dezembro de 2024.

Certidão emitida em conformidade com a Lei nº. 6.539 de 08 de janeiro de 2021.



A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço eletrônico

<http://tiqweb.capital.ms.gov.br/certidoes>

Código de Autenticidade: 207747AA1676F323FDD98A1D871FDEA0

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.997.799/0001-75
Razão Social: ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
Endereço: AVENIDA PROGRESSO 484 / VILA PROGRESSO / CAMPO GRANDE / MS / 79080-405

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/11/2024 a 26/12/2024

Certificação Número: 2024112703482341985463

Informação obtida em 10/12/2024 09:25:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ARREDIO PRODUcoes ARTISTICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 22.997.799/0001-75
Certidão nº: 70285414/2024
Expedição: 14/10/2024, às 16:38:21
Validade: 12/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ARREDIO PRODUcoes ARTISTICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.997.799/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

26/11/2024

0009101370

0078

CERTIDÃO ESTADUAL
FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8515499

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 25/11/2024, verifiquei NADA CONSTAR contra:

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, portador do CNPJ: 22.997.799/0001-75.*****

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.
- b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: www.tjms.jus.br, disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Campo Grande, terça-feira, 26 de novembro de 2024.

PEDIDO Nº:

0009101370



**DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII
DO ART 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA** pessoa Jurídica, de direito privado, Cnpj N°22.997.799/0001-75, com sede na Avenida Noroeste, nº 5344 – Centro – Campo Grande – MS CEP nº 79002-010, neste ato representado por seu representante Legal **Srº Fabio Enrico de Castro Pinto**, portador Do Rg N°986432 SSP/MT, CPF nº 957.954.561-87, Residente na A Avenida Noroeste, nº 5344 – Centro – Campo Grande – MS CEP nº 79002-010 **DECLARA** para os devidos fins do disposto no inciso V do art 27. Da Lei 8666 de 21 de junho de 1993, acrescido na lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Ressalvo : (...) empresa menor, a partir de quatorze anos, nas condições de aprendiz (observação caso afirmo), assinar e ressalva acima).

Por ser verdade, firmo a presente.

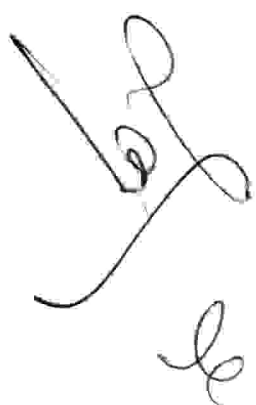
Campo Grande – MS, 30 de Janeiro de 2024.

ARREDIO
PRODUÇÕES
ARTÍSTICAS

LTDA:229977990001
75

Assinado de forma
digital por ARREDIO
PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
LTDA:22997799000175
Dados: 2024.01.30
09:08:39 -04'00'

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Declaração de:

1. **Cumprimento dos Requisitos de Habilitação,**
2. **Capacidade de Fornecimento;**
3. **Inexistência de Fato Superveniente;**
4. **Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;**
5. **Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.**
6. **Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.**
7. **Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.**
8. **Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.**

O signatário da presente, em nome da proponente Arredio Produções Artísticas, inscrita no CNPJ sob nº22.997.799/0001-75, sediada Av. Noroeste nº 5344, bairro centro, Campo Grande MS CEP. 79.002-010 declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação na Inexigibilidade de Licitação, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.

2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos/serviços licitados, nas quantidades e nos prazos previstos.

3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação na Inexigibilidade de Licitação, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.

4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.

7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

ARREDIO PRODUCOES
ARTISTICAS

LTDA:22997799000175

Assinado de forma digital por
ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS
LTDA:22997799000175

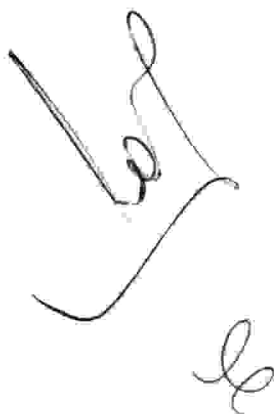
Dados: 2024.11.26 09:19:07 -04'00'

Campo Grande- MS, 26 de Novembro de 2024

ARREDIO PRODUCOES
ARTISTICAS
LTDA:22997799000175

Assinado de forma digital por
ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS
LTDA:22997799000175
Dados: 2024.11.26 09:19:36 -04'00'

ARREDIO PRODUÇÕES ARTISTICAS
CNPJ nº 22.997.779/0001-75





000082

DECLARAÇÃO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO

Eu **FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO**, brasileiro, solteiro, cantor, empresário, portador do RG nº. **986432 SEJUSP/MS**, inscrito no CPF nº **957.954.561-87**, residente na Rua Avadis Balabanian, nº277 Lote 01 Quadra 04 – Residencial Setville, Campo Grande – MS, CEP nº 79117-488, ambos doravante denominada simplesmente como cantor **"MANUTTI"** Declara a quem interessa possa que a empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ nº **22.997.799/0001-75** representada por lado, é meu **Empresário Exclusivo** em todo território nacional, podendo firmar contratos artísticos com cláusulas de quitação e valor de show; vender os shows e/ou apresentações em datas e horários que entender mais conveniente a divulgação do nosso trabalho.

Campo Grande- MS, 25 de Novembro de 2024.

ARREDIO
PRODUCOES
ARTISTICAS
LTDA:229977990001-
75

Assinado de forma digital
por ARREDIO
PRODUCOES ARTISTICAS
LTDA:22997799000175
Dados: 2024.11.25
10:26:52 -04'00'

FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO
CPF nº **957.954.561-87**



Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten mark

NASCIDO INTERIOR DE SÃO PAULO SEU PRIMEIRO INSTRUMENTO FOI O VIOLÃO, SEUS PRIMEIROS ACORDES NA "VIOLA CAIPIRA" FORAM INFLUENCIADOS POR JOÃO CARREIRO E PARDINHO, DOMBAR E DELLEY E NO VIOLÃO TEVE INFLUÊNCIA DE MIM BOM COM MÚSICAS SERTANEJAS TRADICIONAIS. AS MÚSICAS "MENINO DA PORTEIRA" E "CHICO MINEIRO" FORAM AS PRIMEIRAS TOCADAS NO INSTRUMENTO.

EM 2015, LANÇOU SEU PRIMEIRO DISCO SOLO, "VOLTEI NO JOGO", COM COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS E PARCERIAS, QUE MESCLARAM SUA PERSONALIDADE E EXPERIÊNCIAS NO CAMPO. O DISCO OBTVEU ÊXITO ENTRANDO PARA A LISTA DAS MAIS TOCADAS EM RÁDIOS DA REGIÃO CENTRO OESTE, SUDESTE E SUL DO BRASIL, ALÇANDO ASSIM O CENÁRIO NACIONAL.

JÁ EM 2016 MANUTTI LANÇOU A MÚSICA QUE O CONSAGROU DEFINITIVAMENTE NO CENÁRIO SERTANEJO DO PAÍS COM A MÚSICA "MESA 12" OBTENDO INCRÍVEIS 80 MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES SOMENTE NO YOUTUBE.

TAMBÉM EM 2016, GRAVOU SEU PRIMEIRO DVD, "ALL IN - AO VIVO EM CAMPO GRANDE", COM PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DE JADS E JADSON (TÔ SEM AMOR), BRUNO E BARRETO (SOS CORAÇÃO), E JOÃO CARREIRO (TOCAIA), QUE ULTRAPASSARAM 40 MILHÕES DE ACESSOS NO YOUTUBE.

EM 2017, APRESENTOU-SE 62ª EDIÇÃO DA FESTA DE PEÃO DE BARRETOS, FESTA CONSIDERADA COMO MAIOR RODEIO DO BRASIL, FÁ DECLARADO DO ESPORTE. FOI DESCRITO POR ELE COMO UM MARCO. NO MESMO ANO, LANÇOU SEU TERCEIRO ÁLBUM, "ASSIM QUE É", UM DVD GRAVADO NO USA.

EM 2018 GRAVOU O DVD ACÚSTICO, COM AS MÚSICAS "CARRASCO", "NEM SE EU TROCAR DE BAR", "JACK ON THE ROSS", "ALGUÉM COMO VOCÊ É", "SE EU NÃO TE MERECO" E "RADIO PATRULHA", MOSTRANDO UMA SONORIDADE ACÚSTICA, AMPLIANDO SEU ESTILO MUSICAL.

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022 O ARTISTA LANÇOU CINCO SINGLES SENDO A PRIMEIRA "SÓ DEPENDE DE VOCÊ" E NA SEQUÊNCIA "SAÍDA DE EMERGÊNCIA", "MEIO FIO", "MANSAS PALAVRAS" E "EM CIMA DO COWBOY". OS FÃS COMO SEMPRE DEMONSTRARAM SUA APROVAÇÃO EM FORMA DE NÚMEROS, ESSES CADA VEZ MAIS EXPRESSIVOS.

NO FINAL DE 2023 MANUTTI QUE SEMPRE APOSTOU EM RELEITURAS E VERSÕES DO ROCK N' ROLL TUPINIQUEM COMO "O ASTRONAUTA DE MÁRMORE" DE NENHUM DE NÓS E "LANTERNA DOS AFOGADOS" DE PARALAMAS DO SUCESSO, LANÇA NO MESMO SINGLE: "EU AMO MAIS VOCÊ" DA BANDA CATEDRAL, LANÇADA EM 2001, E "LENHA" LANÇADA EM 1999 E PRIMEIRO SUCESSO DO CANTOR E COMPOSITOR ZECA BALEIRO. MAIS UMA VEZ DIVERSIFICANDO SEU REPERTÓRIO QUE ABRANGE VÁRIOS RITMOS MUSICAIS.

LoL

2

0



Lele

le

2

2



LaL

b

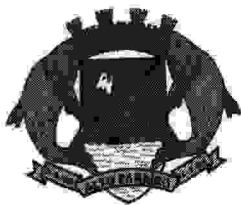
Q

Q



Lo
b

Q



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Processo Nº. 115/2024

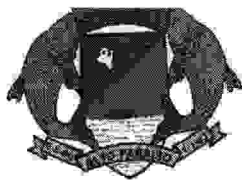
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para que faça a emissão do parecer jurídico sobre o procedimento licitatório.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 10 de Dezembro de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação



PARECER JURÍDICO

Inexigibilidade nº 025/2024

Processo Administrativo nº 0115/2024

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.”

1- RELATÓRIO;

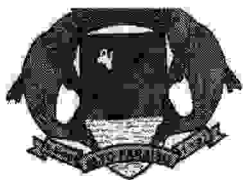
Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Procuradoria Jurídica, nos termos do art. 74, II, da Lei 14.133/2021, na qual requer análise jurídica da legalidade quanto a inexigibilidade de licitação para contratação de show artístico com o cantor “Manutti”, em comemoração as festividades de final de ano no Município de Alto Paraíso, no dia 29 de Dezembro de 2024.

Passamos à análise.

2- FUNDAMENTAÇÃO;

Antes de adentrar ao mérito, cabe salientar que esta Procuradoria Jurídica incumbe prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria de Cultura, tão pouco analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Pois bem, é imprescindível que o processo de contratação pública, independentemente da modalidade, atenda aos objetivos de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, assim como assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Outrossim, o devido processo de contratação pública, deve evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

A Lei 14.133/21, previu a possibilidade de contratação direta nos casos contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

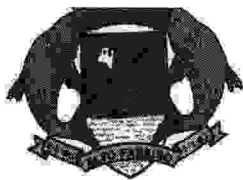
(...)

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

No que tange aos requisitos do procedimento de inexigibilidade, a Lei 14.133/2021, em seu artigo 72, assim previu:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Em análise aos autos, verifico o atendimento às exigências legais dispostas acima, estando previstos, tanto no Estudo Técnico Preliminar, quanto no Termo de Referência, as condições para contratação direta estabelecidas no § 2º e inciso II do Art. 74 da Lei 14.133/2021, quais sejam: artistas consagrados pela crítica especializada, através de documentos comprobatórios presentes nos autos e contratação direta através de empresa, pertencente ao próprio artista que irá se apresentar: **ARREDIO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME – CNPJ 22.997.799/0001-75.**, sem contratação de intermediários.

Outrossim, quanto a minuta do contrato a ser firmado, observa-se que contém as cláusulas obrigatórias, dentre os quais, destacam-se: especificação do objeto, local e prazo da prestação do serviço, deveres da contratada e contratante, classificação de despesa, vigência, preço, pagamento, sanções administrativas, tudo nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0093

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

3- DA CONCLUSÃO;

Pelo exposto, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da Lei 14.133/2021 foram preenchidos, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, dar prosseguimento ao feito visando a contratação da empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME - CNPJ 22.997.799/0001-75**.

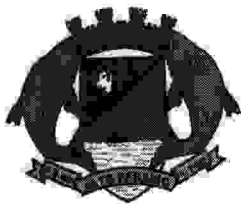
É o parecer.

Alto Paraíso/PR, 11 de Dezembro de 2024.

**ROBERTO
GONCALV
ES DELFIM**

Assinado de forma digital por
ROBERTO GONCALVES DELFIM
Dados: 2024.12.11 11:28:52 -03'00'

**Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58.768**



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Processo Nº. 115/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos processo administrativo nº. 115/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com parecer jurídico que me foi solicitado

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 11 de Dezembro de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 25 | Processo 115/2024

Acessar Contratação

Última atualização 11/12/2024

Local: Alto Paraíso/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE ALTO PARAISO

Unidade compradora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 11/12/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000115/2024 **Fonte:** Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICIPIO DE ALTO PARAISO NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 114.524,00

Itens

Arquivos

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICIPIO DE ALTO PARAISO NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.	1	R\$ 114.524,00

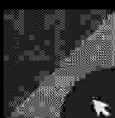
Exibir 5

1-1 de 1 itens

Página: 1



< Voltar



PORTAL
NACIONAL
DE CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

11.0000

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

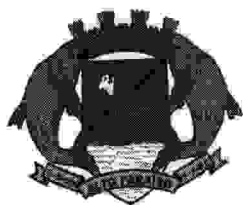
A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ portal@rednacional.gov.br

📞 0800 078 0901

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00097

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2024

Contratante: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR

CONTRATADA: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 22.997.799/0001-75

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Fundamento: Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021

Recursos: próprios

Preço global: R\$ 114.524,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte e quatro reais).

Prazo de vigência: 60 (sessenta) dias

Alto Paraíso-Pr., 11 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicar Aviso de Inexigibilidade - 025/2024

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: leis@ilustrado.com.br

Data: quarta-feira, 11 de dezembro de 2024 às 16:39 BRT

Boa tarde, segue anexo para publicação.

att...

Valdemir Ribeiro Sparapan



Aviso de Inexigibilidade.doc
65.5kB

0025	Energia		4.390.900,00	4.390.900,00
0025.0752	Energia Elétrica		279.900,00	279.900,00
0025.0752.0059	SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL		279.900,00	279.900,00
0025.0752.0059.2095	Manutenção das Atividades de Gestão Energética		279.900,00	279.900,00
0027	Desporto e Lazer		279.900,00	279.900,00
0027.0812	Desporto Comunitário	2.801.000,00	4.838.470,00	7.638.470,00
0027.0812.0052	SISTEMA MUNICIPAL DE APOIO AO ESPORTE E LAZER	2.801.000,00	4.838.470,00	7.638.470,00
0027.0812.0052.1024	Ampliação e Reforma das Praças Desportivas	2.801.000,00	4.838.470,00	7.638.470,00
0027.0812.0052.2085	Manutenção das Atividades das Praças Desportivas	2.801.000,00	2.801.000,00	2.801.000,00
0027.0812.0052.2086	Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer		980.000,00	980.000,00
0099	Reserva de Contingência		3.858.470,00	3.858.470,00
0099.0099	Reserva de Contingência	200.000,00		200.000,00
0099.0099.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		200.000,00
0099.0099.0099.9999	Reserva de Contingência	200.000,00		200.000,00
Total Geral		200.000,00	81.928.858,00	219.653.542,00
				301.682.400,00

HERALDO TRENTO
Prefeito

MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

3º Termo aditivo do contrato nº.19/2023, decorrente de INEXIGIBILIDADE nº 5/2023 de O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoa jurídica na Área de Saúde, Assistência Social e Educação para a prestação de serviços, que serão pagos com base na Tabela Valores constante Lei Ordinária Municipal nº 652/2022, conforme anexo III.

O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI-PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa C R TOMAZINI PSICOLOGIA, inscrita no CNPJ sob nº. 49.525.572/0001-83, com sede no endereço RUA GETULIO VARGAS, 1675, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por CARLA RAUANE TOMAZINI, portadora do RG nº 13.839.999-9, portadora do CPF sob nº 086.994.419-32, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Rescisão. Fica rescindido o presente contrato, conforme solicitado no protocolo 925/2024, com fundamento art. 79, inciso II da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 11 de dezembro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 78.247.352/0001-08

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
C R TOMAZINI PSICOLOGIA
CNPJ: 49.525.572-00183

CARLA RAUANE TOMAZINI
RG: 13.839.999-9
CPF: 086.994.419-32
REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR
CONTRATADA: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ: 22.997.799/0001-75
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.
Fundamento: Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021
Recursos: próprios
Preço global: R\$ 114.524,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte e quatro reais).
Prazo de vigência: 60 (sessenta) dias
Alto Paraíso-Pr., 11 de Dezembro de 2024.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

EXTRATO CONTRATUAL PL 041/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL e MARCIANO RONALDO DA SILVA LTDA - CNPJ: 29.340.736/0001-90;
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FRETAMENTO DE ÔNIBUS CONVENCIONAL PARA TRANSPORTE EVENTUAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
VALOR TOTAL: R\$ 60.697,00 (sessenta mil seiscentos e noventa e sete reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 10520/2002 e alterações posteriores.
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL
MARCIANO RONALDO DA SILVA
MARCIANO RONALDO DA SILVA LTDA - CNPJ: 29.340.736/0001-90
11/12/2024
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA

RESOLUÇÃO Nº 004/2024

De 11 de dezembro de 2024

Dispõe sobre a regulamentação do uso de tablets por vereadores no exercício de suas funções legislativas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Presidente promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º Fica autorizado o uso de tablets pelos vereadores da Câmara Municipal de Douradina-PR, com o objetivo de auxiliar nas atividades legislativas, como consulta a documentos, pautas, proposição de projetos de lei, acompanhamento de votações e outras funções relacionadas ao exercício do mandato.

Art. 2º O uso dos tablets deve observar as seguintes diretrizes:

I - Os tablets serão fornecidos pela Câmara Municipal, sendo de uso exclusivo para fins parlamentares.

II - O equipamento deverá ser utilizado apenas para atividades relacionadas ao exercício do mandato, incluindo a participação em reuniões, comissões e sessões plenárias.

III - É vedado o uso de aplicativos ou serviços de entretenimento, redes sociais e outros de caráter pessoal durante o expediente parlamentar.

Art. 3º O uso do tablet deverá ser feito de maneira a garantir a transparência, a segurança da informação e a integridade dos dados, sendo vedado o armazenamento de conteúdos não relacionados às atividades legislativas.

Art. 4º Os vereadores deverão zelar pela conservação e bom funcionamento dos tablets, sendo responsáveis por eventuais danos causados por mau uso.

Art. 5º O uso dos tablets estará sujeito a monitoramento e controle de acesso, de forma a garantir que os equipamentos sejam utilizados exclusivamente para os fins estabelecidos nesta resolução, sendo que a Câmara Municipal poderá, a seu critério, realizar auditorias periódicas no uso dos tablets, para garantir que estes estão sendo utilizados para os fins previstos nesta resolução.

Art. 6º Os tablets fornecidos pela Câmara Municipal de Douradina são bens patrimoniais do órgão legislativo e destinam-se exclusivamente ao uso das atividades parlamentares.

Art. 7º Fica vedado aos vereadores a retirada dos tablets das dependências da Câmara Municipal, sendo sua utilização restrita ao ambiente institucional.

Art. 8º O vereador que, por negligência, imprudência ou culpa, perder, danificar irreparavelmente ou causar extravio do tablet fornecido pela Câmara Municipal, ficará sujeito ao pagamento de uma multa no valor de 01 (um) salário mínimo, a ser descontado do valor de seu subsídio mensal.

Art. 9º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Douradina-PR, 11 de dezembro de 2024

RODRIGO MARTINS

Presidente

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO Nº 289/2024

REF. CONTRATO Nº 437 / 2023

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, na Rua João Ormino de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal o Sra. Maria Helena Bertoco Rodrigues, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 3.XXX.XXX-0 e do CPF nº. 795.XXX.XXX-59, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ESPORTIVA RV LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 19.468.880/0001-53, com sede na Rua Largo São Vicente De Paulo, n.º 1066, Sala A, Centro, CEP: 85900215, Município de Toledo/PR, denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo (a) Sr.(a) Fernando Rodrigo Royer, portador do CPF sob nº. 067.XXX.XXX-07, E-mail: rc.esportes@hotmail.com, Telefone: (45) 3252-4855. As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Este instrumento tem por objeto a aquisição de redes para trava, redes de proteção e material esportivo e afins.

Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão n.º 85/2023, na forma da Lei n.º 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.

Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do contrato n.º 437/2023, a contar do dia 12 de dezembro de 2024 com vencimento em 12 de junho de 2025, para dar continuidade nos serviços prestados. Termo aditivo de prazo conforme solicitação e justificativa constante em memorando n.º 2024004335.

Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação n.º 85/2023, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato n.º 437/2023.

Cruzeiro do Oeste, 06 de dezembro de 2024.

ESPORTIVA RV LTDA

Contratada

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Claudinei Alves

Secretário Municipal

CONTRATANTE

Testemunhas: 1

2

PREFEITURA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 1437/2024

MARIA HELENA BERTOCO

DE CRUZEIRO DO OESTE

atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizada a BARBOSA, Secretária Municipal na Lei Complementar nº 6,

vista a solicitação formulada custear as despesas com

15, 16, e 17 de dezembro do

do Evento: RECONHECIMENTO ALFABETIZAÇÃO DAS SE

DO PARANÁ, na cidade de

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir da publicação no EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PARANÁ, AO

2024.

Maria Helena Bertoco Rodrigues
Prefeita Municipal

Rosana Jesus de Souza
Secretária Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 706

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

SÚMULA: "Concede diárias e hospedagem."

PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.234/2023,

o pagamento de diárias e honorários de alimentação e hospedagem, resolve, com base no disposto o Decreto nº. 53 de 31 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 01 (uma) viagem (duzentos e sessenta e seis dias) ao servidor municipal JOCELINO CESAR, cargo de Motorista/40h, lotado em Douradina/PR, para

Corsini, no seguinte dia, local e data: 12/12/2024 11:00h/22:00h. Conduzir paciente para tratamento médico.

I - Na concessão das diárias e honorários de alimentação e hospedagem, de acordo com o disposto no Decreto nº. 53 de 31 de dezembro de 2023.

II - O deslocamento até o destino e de volta ao Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação no Edifício da Prefeitura Municipal de Douradina/PR, 11 de dezembro de 2024.

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

Estado do Paraná

DECRETO Nº 3436/2024

SÚMULA: Abre Créditos Adicionais no Orçamento da Prefeitura Municipal de Douradina/PR.

Nº. 600, de 29 (vinte e nove) de dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º. Abre Créditos Adicionais no Orçamento da Prefeitura Municipal de Douradina/PR, no valor de quatro mil cento e setenta e sete reais, para o Programa de Trabalho

03.02.04.122.0003.2.011

08.02.10.302.0014.2.041

08.02.10.303.0014.2.076

14.03.08.244.0005.2.090

14.07.08.243.0005.6.072

14.08.08.241.0005.2.103

Art. 2º. Como recursos para o pagamento de honorários de fontes de recursos do corrente, resolve, com base no disposto no Decreto nº. 53 de 31 de dezembro de 2023,

Fonte de Recursos

0

303

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir da publicação no Edifício da Prefeitura Municipal de Douradina/PR, 11 de dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3437/2024

SÚMULA: Abre Créditos Adicionais no Orçamento da Prefeitura Municipal de Douradina/PR.

Nº. 624, de 17 (dezessete) de dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º. Abre Créditos Adicionais no Orçamento da Prefeitura Municipal de Douradina/PR, no valor de quatro mil cento e setenta e sete reais, para o Programa de Trabalho

08.02.10.302.0014.2.041

10.02.26.782.0017.2.100

Art. 2º. Para cobertura dos custos de deslocamento e hospedagem, resolve, com base no disposto no Decreto nº. 53 de 31 de dezembro de 2023,

02.01.04.122.0002.2.003

12.01.22.661.0019.2.105

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir da publicação no Edifício da Prefeitura Municipal de Douradina/PR, 11 de dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0100

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 025/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para emissão do parecer final, do processo acima em epígrafe, nos termos disciplinados pelo art. 169 da Lei Federal 14.133/2021.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 13 de Dezembro de 2024.



Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

PARECER DO CONTROLE INTERNO - CI101

A Nova Lei de Licitações trouxe três linhas de defesas no trâmite das contratações públicas, destinando ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas, a segunda e a terceira linha de defesa:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

[...]

§ 1º Na forma de regulamento, a implementação das práticas a que se refere o caput deste artigo será de responsabilidade da alta administração do órgão ou entidade e levará em consideração os custos e os benefícios decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações integras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.

Após a análise de todo o presente Processo Administrativo nº.115/2024, Inexigibilidade nº 025/2024, concluo que o mesmo está regular, com base no Art. 74, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Ante ao exposto, e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice ao prosseguimento do feito, no que tange o presente processo de Inexigibilidade, podendo este órgão dar o devido andamento nos termos legais, observando para tanto os



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR¹⁰²

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

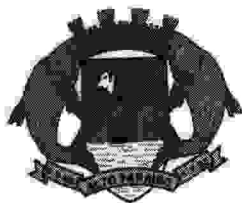
prazos estipulados no edital, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial.

Com isso, considerando que a presente manifestação não se vincula aos aspectos técnicos envolvidos no objeto solicitado pelo órgão demandante, mas apenas para conferência do ato administrativo, existindo Parecer Jurídico, constatando que foram cumpridos todos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável opina-se pelo prosseguimento do trâmite licitatório.

Por fim, diante das peculiaridades do caso concreto, uma vez preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, OPINO pela legalidade do presente processo de Inexigibilidade nº 025/2024, segue aos autos para o setor de Licitações e Contratos para o cumprimento dos demais procedimentos cabíveis.

Alto Paraíso/PR, 16 de dezembro de 2024.

ELIAS SOBREIRO DOS SANTOS
Diretor de Controladoria Interna



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 103

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 025/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

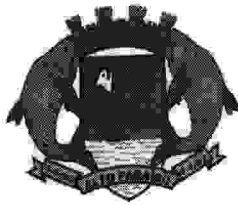
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANÚTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data faço restituição com parecer do controle interno solicitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 16 de Dezembro de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DECRETO N. 3446/2024

DATA: 17/12/2024

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 115/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 025/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves Delfin;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 22.997.799/0001-75**, o resultado do processo licitatório nº 115/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 025/2024.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 115/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 025/2024, em favor da empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 22.997.799/0001-75**, que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.**

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
aos 17 dias do mês de Dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 18/12/2024

Edição N.º 13.197

Termo Aditivo ao Contrato N° 003/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ
NOROSPAR

Cláusula Primeira: Fica incluído do no CONVENIO o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), referente a PORTARIA N° 5.659 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024, perfazendo o valor desse termo em até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 86.263.862,76 (oitenta e seis milhões e duzentos e sessenta e tres mil e oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos), para até R\$86.323.862,76 (oitenta e seis milhões e trezentos e vinte e três mil e oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos).

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:163 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:164 – F:303
70.001.10.308.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:165 – F:494
70.001.10.308.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:166 – F:70014
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:276 – F:60218

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 13/12/2024

Imuarama, 16 de dezembro de 2024.

SDSON DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
Contrato de Prestação de Serviços nº 460/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: BENICIO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica na área de saúde para a prestação de serviços médicos para a secretaria de saúde, unidades de saúde e ambulatórios em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº 010/2024 – Credenciamento de Serviços de Saúde.
Valor: R\$ 318.132,00 (trezentos e deztoito mil cento e trinta e dois reais)
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, tendo início em 11 de dezembro de 2024 com término em 11 de dezembro de 2025, contudo prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2024/11/346, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 282/2024, autorizado em 03 de dezembro de 2024, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 05 de dezembro de 2024, edição nº 13.187, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

O BACHAREL EUDES JOSÉ TONELLI, ESCREVENTE DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ,

FAZ SABER a quanto o presente edital vir ou dele conhecimento tiver, que se encontram neste Ofício, débitos referentes a encargos vencidos e não pagos relativos ao contrato habitacional nº 844442649178, firmado em 10/06/2022, registrado na matrícula nº 11569 deste Ofício, referente ao imóvel situado na Rua Araruna nº 792, Lote 9-A, Qda. 179, DER, Cruzeiro do Oeste-PR, CEP: 87400-000, com saldo devedor de responsabilidade de ROBERTA SUELEN BIENBEGUTI - CPF 102383189/90. O valor dos encargos, posicionado em 16/12/2024, corresponde a R\$ 4.754,62, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora, às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, para que se dirija a este 1º Ofício de Registro de Imóveis, situado na Rua Edmundo Mercer Junior, nº 243, Centro, em Cruzeiro do Oeste-PR, onde poderá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 dias, contados a partir desta data. Nesta oportunidade, ficam Vossas Senhorias cientificadas que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária Caixa Econômica Federal CEF, nos termos do Art. 26 §7º da Lei 9.514/97. O referido é verdade e dou fé. Cruzeiro do Oeste-PR, 16/12/2024. (aa) Eudes José Tonelli. Escrevente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
Estado do Paraná
DECRETO N. 3446/2024
DATA: 17/12/2024
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 115/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 025/2024.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;
CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves Delfin;
CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 22.997.799/0001-75, o resultado do processo licitatório nº 115/2024, inexigibilidade de Licitação, nº 025/2024.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 115/2024, inexigibilidade de Licitação, nº 025/2024, em favor da empresa ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 22.997.799/0001-75, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.
Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Pelo que, a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 17 dias do mês de Dezembro de 2024.
ÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 22.997.799/0001-75
Razão Social: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
Endereço: AVENIDA PROGRESSO 484 / VILA PROGRESSO / CAMPO GRANDE / MS / 79080-405

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/12/2024 a 14/01/2025

Certificação Número: 2024121603392341985419

Informação obtida em 18/12/2024 12:02:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

0107

[Voltar](#)

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município ALTO PARAÍSO

Entidade Executora MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Os campos Ano, Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano* 2024

Modalidade* Processo Inexigibilidade

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* 25

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo* 1152024

Descrição do Objeto* CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Forma de Avaliação - Selecionar -

Dotação Orçamentária* 2858033903922000006021339200

☐ A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)Preço máximo/Referência de preço - 114.524,00
R\$*

Data Publicação Termo ratificação 18/12/2024

Confirmar

CPF: 6633488971 (Logout)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 22.997.799/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:01:31 do dia 23/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/06/2025.

Código de controle da certidão: **D76C.E6FB.74BE.1AF8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO ESTADUAL
FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8738962

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 22/12/2024, verifiquei NADA CONSTAR contra:

ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, portador do CNPJ: 22.997.799/0001-75.*****

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.
- b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: www.tjms.jus.br, disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

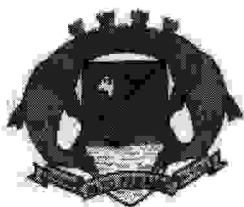
Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Campo Grande, segunda-feira, 23 de dezembro de 2024.


PEDIDO Nº:

0009150300





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0110

CONTRATO Nº 083/2024

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE **ALTO PARAÍSO/PR**, E A EMPRESA **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.**

Que entre si celebram: CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, CEP: 87528-000 inscrita no CGC/MF sob o n.º 95.640.736/0001-30, representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Décio Jardim Junior**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa **ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º. 22.997.799/0001-75, com sede na Avenida Noroeste, n.º 5344, CEP: 79.002-010, Fone (67) 99664-4552, e-mail comercialmanutti@gmail.com; na Cidade de Campo Grande, Estado de MS - neste ato representado pelo seu representante Legal o Sr. **FABIO ENRICO DE CASTRO PINTO**, brasileiro, empresário, inscrita com CPF: sob n.º 957.954.561-87, RG: n.º 98.643-2-SESP/MS, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande, Estado do MS, doravante denominado de CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 3195, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n. 025/2024, Processo licitatório nº 115/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

AUTORIZAÇÃO

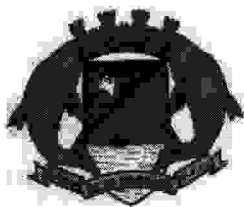
A lavratura do presente contrato foi autorizada pela Autoridade Superior do município, homologado pelo Decreto nº 3446, em 17/12/2024, publicado no diário oficial do Município (Umuarama Ilustrado), em 18/12/2024, o qual consta dos autos, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislações municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR - 0111

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

1.1 O presente contrato tem como OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024**, a realização de apresentação artística (show) neste ato representado pela CONTRATADA, conforme os seguintes dados:

DATA:	28/12/2024	
LOCAL DO SHOW:	VILA RURAL ILHA GRANDE	
HORA PREV. INÍCIO:	22:00 Horas	
CIDADE:	Alto Paraíso	PARANÁ
DURAÇÃO SHOW:	01h40min	

1.2 O show mencionado nesta cláusula compreende unicamente a apresentação pública do **Show com o cantor MANUTTI**, não podendo ser entendido em qualquer hipótese, sob qualquer alegação ou pretexto, que este contrato esteja vinculado ou associado a qualquer outro tipo de atividade que não a especificada, ficando ainda consignado que os dados e/ou informações acima serviram de base para todas as negociações que resultaram nas condições e cláusulas ora pactuadas.

1.3 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.

1.4 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.

1.5 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.

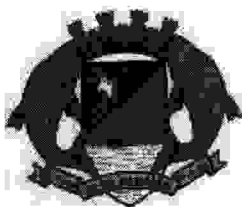
1.6 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do serviço/fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Projeto Básico que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.8. Os documentos referidos no item 1.6, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de até 60 (sessenta) dias contados do(a) publicação no PNCP.



CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
(art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida, em hipótese alguma, a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, sendo que a execução deverá obedecer, integralmente, as condições estabelecidas na Proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor da contratação é de R\$ 114.524,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte e quatro reais), perfazendo os custos relacionados ao cachê do artista, transporte, hospedagem, diária de alimentação, dentre outros, nos termos do §2º do art. 94 da Lei n. 14.133/2021, conforme planilha abaixo:

Custos do show	Valor R\$ 114.524,00
CACHÊ ARTÍSTICO	R\$ 64,400,00
CENÁRIO ARTÍSTICO	R\$ 4.000,00
DIÁRIA DE ALIMENTAÇÃO	R\$ 4.000,00
LOGÍSTICA	R\$ 10.000,00
CACHE EQUIPE	R\$ 10.000,00
ECAD	R\$ 4.524,00
IMPOSTO FISCAL	R\$ 17.600,00

5.2 O pagamento acordado no item acima, pela Contratante, obedecerá o seguinte cronograma de pagamento, conforme detalhado na proposta apresentada e consignado como condição indispensável para a prestação do serviço, nos termos do §1º do art. 145 da Lei n. 14.133/2021;

5.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4 Fica por conta da contratante as despesas inerentes com palco, som, luz de acordo com os rider's apresentados pela produção do artista, energia elétrica, vans para traslado local, estrutura de camarim e segurança do evento.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

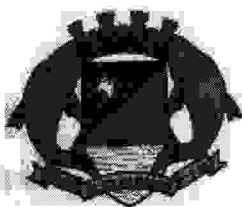
6.1 FORMA DE PAGAMENTO

6.1.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.1. Serão pagos os valores conforme notas atestadas pela Gestora do Contrato, após a competente liquidação.

6.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2 PRAZO DE PAGAMENTO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0113

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6.2.1 O pagamento será efetuado integralmente após o 1º dia útil subsequente a realização do show, mediante a emissão da Nota Fiscal/ Fatura devidamente atestada, (Cheque Nominal ou depósito, em Conta Corrente do contratado ou transferência eletrônica), sendo deste R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) pagos no 1º dia útil subsequente e os R\$ 4.524,00 (quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais), após o envio do comprovante de pagamento do ECAD.

6.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.2.3 A não realização de quaisquer dos pagamentos ora citados, na forma e prazos declinados, retira o direito da CONTRATANTE à execução do serviço a ser prestado pela CONTRATADA, hipótese em que será aplicada a multa prevista na cláusula décima segunda.

6.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

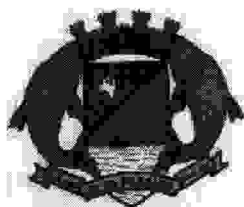
- I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;
- III - comprovante da regularidade para com o FGTS;
- IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

6.3.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0114

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, consolidado no mês dezembro de 2024.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será registrado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Disponibilização do espaço para a realização da apresentação musical, devidamente estruturado, conforme especificações constantes do “rider técnico” fornecido pela CONTRATADA;

8.1.10. A CONTRATANTE se obriga a providenciar e instalar no local do evento os equipamentos de iluminação, sonorização e palco montado e disponível para a CONTRATADA, horas antes da abertura do show, para passagem de som e montagem de cenário devendo ocorrer impreterivelmente nos horários previamente solicitados;

8.1.11. Fica sob a integral responsabilidade da CONTRATANTE a contratação e pagamento dos equipamentos de sonorização e iluminação, de acordo com as especificações que lhe serão entregues por ocasião da assinatura do presente instrumento, responsabilizando-se ainda, por seu transporte, montagem e desmontagem, além de eventual operação;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

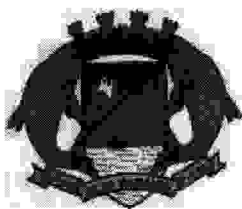
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

-
- 8.1.12 Exigir o cumprimento fiel do contrato pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.13 O direito de acompanhar e fiscalizar por representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
- 8.1.14 Obrigar o Contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 8.1.15 Responsabilizar a Contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 8.1.16 Emitir a Ordem de Serviço para início dos serviços, os quais não poderão ser iniciados, em nenhuma hipótese, antes de receber tal documento;
- 8.1.17 Controlar e fiscalizar a entrega dentro da amplitude necessária à salvaguarda de seus interesses, anotando em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- 8.1.18 Notificar a contratada, imediatamente, sobre faltas e defeitos observados na execução dos serviços;
- 8.1.19 Reter da contratada importância, tão próxima quanto possível, do valor das parcelas pleiteadas, caso ajuizada reclamação trabalhista contra a contratada, por empregado alocado aos serviços, em que a contratante tenha sido notificada para integrar a lide;
- 8.1.20 Efetuar e assinar as avaliações e relatórios dos serviços;
- 8.1.21 A CONTRATANTE se responsabiliza por tomar todas as medidas de segurança necessárias;
- 8.1.22 A CONTRATANTE responsabiliza-se pela liberação da realização do espetáculo junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como às autoridades locais, além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por forças de lei;
- 8.1.23 Será de exclusiva responsabilidade e correrá às expensas da CONTRATANTE a preparação, produção e veiculação de peças publicitárias.
- 8.1.24 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.25 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.26 A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.27 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;
- 8.1.28 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, se responsabilizando pela presença dos Artistas às 22h00m do dia 28/12/2024, na Vila Rural Ilha Grande de Alto Paraíso/PR, para fazer sua apresentação, salvo as situações de caso fortuito ou força maior (enchentes, queda de barreiras que impeçam a passagem da rodovia dos membros da equipe, catástrofes, qualquer doença ou mal subido, ou algum problema grave) que impeça qualquer um dos Artistas de comparecer, o que ocasionará a escolha de outra data para a realização do espetáculo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, indicando preposto para representá-lo no local do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

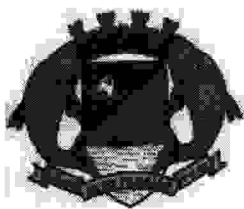
IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.18 Manter seus empregados devidamente identificados por crachá e uniformizados em padrão único, fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, devendo substituir imediatamente qualquer um deles cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e as normas disciplinares da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

9.1.19 Realizar a retirada dos equipamentos no prazo máximo de 06 (seis) horas após a realização do evento, sob pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis;

9.1.20 Manter reserva dos equipamentos para substituição nos casos de avaria ou sinistros, defeitos entre outros, correndo às suas expensas as despesas provenientes de tal necessidade;

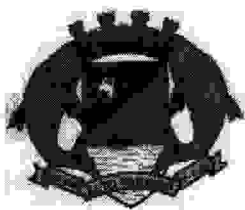
9.1.21 Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas pela CONTRATANTE, nos locais e em seu entorno, devendo ainda, obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos locais de realização dos eventos;

9.1.22 Manter equipe técnica suficiente, formalmente designada, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, a fim de realizar manutenção dos itens contratados, sempre que solicitado;

9.1.23 A CONTRATADA e seus funcionários deverão tratar os representantes da Administração Municipal, bem como ao público em geral, com eficiência, urbanidade e presteza;

9.1.24 Ser pontual quanto aos horários de início dos eventos para não alterar a programação do mesmo, assim como não permitir que nenhuma pessoa que não esteja autorizada pelas Secretarias de Turismo e da Administração Municipal pronuncie-se durante a apresentação musical;

9.1.25 Reserva de direito de suportar o atraso para o início do show em até 30 minutos (trinta) após o horário previsto neste contrato;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6118

9.1.26 Em comum acordo com o artista, produção e contratante a banda poderá convidar um artista local para fazer uma apresentação, desde que a mesma não venha a atrapalhar ou criar embaraços para o show da banda.

9.1.27 Havendo disponibilidade a CONTRATADA deverá encaminhar para a contratante material para auxiliar na divulgação do evento, como Cds e ou DVDs.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

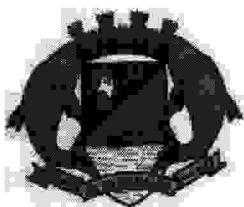
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada, além da inexistência de pagamento antecipado para a execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

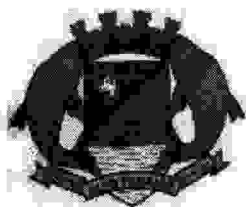
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0120

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0121

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- 13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
28580	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02..13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4. Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no inciso II do art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 10 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato, respeitada a previsão do §2º o art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Xambrê/PR, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0122

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e valia, a fim de que produza seus efeitos legais.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM

JUNIOR:47451971953

Digitally signed by DERCIO JARDIM
JUNIOR:47451971953
DN: cn=DERCIO JARDIM JUNIOR:47451971953,
c=BR, o=ICP-Brasil, ou=presencial
Date: 2024.12.24 08:00:48 -03'00'

**ARREDIO PRODUCOES
ARTISTICAS**

LTDA:22997799000175

Assinado de forma digital por
ARREDIO PRODUCOES ARTISTICAS
LTDA:22997799000175
Data: 2024.12.23 16:59:45 -04'00'

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO
PARAÍSO
DÉRCIO JARDIM JUNIOR**

**ARREDIO PRODUÇÕES ARTISTICAS
LTDA CONTRATADA**

Contratos

Contrato nº 83/2024

Última atualização 24/12/2024

Local: Alto Paraíso/PR Órgão: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO

Unidade executora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 115 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 24/12/2024 Data de assinatura: 23/12/2024 Vigência: de 23/12/2024 a 23/02/2025

Id contrato PNCP: 95640736000130-2-000068/2024 Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000115/2024

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

VALOR CONTRATADO


R\$ 114.524,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 22.997.799/0001-75 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

Arquivos Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
CONTRATO 083/2024	24/12/2024	Contrato	

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

.. 01/24

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0125

EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 22.997.799/0001-75

PROCESSO Nº. 115/2024

INEXIBILIDADE Nº 025/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

VALOR DO CONTRATO: 114.524,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte e quatro reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/02/2025.

FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 27/12/2024

Edição Nº 13203

Edição n° 13.203

000126

B2

UMUARAMA, SEXTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 2024

www.ilustrado.com.br/publicaco

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ: 22.997.799/0001-75
PROCESSO Nº 115/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.
VALOR DO CONTRATO: 114.524,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte e quatro reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/02/2025.
FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 465/2024
DATA: 24/12/2024
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato na Inexigibilidade n. 025/2024, a saber:
Gestor:
TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80;
Fiscal Administrativo:
EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF: 030.789.829-63.
Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.
Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas pelas normas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso-PR., aos 24 dias do mês de dezembro de 2024.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 224/2024
Homologa parecer exarado por Comissão Municipal Licitação e Equipe de Apoio sobre julgamento de propostas apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Concorrência Eletrônica nº. 010/2024 de 10 de dezembro de 2024 e dá outras providências.
CLAUDENIR GERVAZONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
DECRETA,
Art. 1º Fica homologado o parecer exarado pela Comissão Municipal de Licitação e Equipe de Apoio, constituída consoante a Portaria nº. 003/2024 de 05 de janeiro de 2024, sobre julgamento da proposta apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Concorrência Eletrônica nº. 010/2024 de 10 de dezembro de 2024, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, NA ESTRADA OURO VERDE, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ.
Art. 2º Declara como vencedor da concorrência a proposta da empresa: LONGUINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAVIMENTACOES LTDA, no lote único, no valor total de: R\$ R\$ 749.922,61 (setecentos e quarenta e nove mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos).
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, 26 de dezembro de 2024.
CLAUDENIR GERVAZONE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO
REF: DISPENSA Nº 010/2024.
A Comissão de Contratação comunica aos interessados na execução do objeto da Dispensa nº 010/2024, que após a análise e verificação da proposta e documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte proponente:
Nº EMPRESA VALOR DA PROPOSTA HABILITAÇÃO
1º MUNDIAL FOGOS LTDA – CNPJ: 07.203.347/0001-80 R\$ 14.979,00
(QUATORZE MIL NOVECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS). HABILITADO
2º 24 de dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO CONTRATUAL PL 067/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2024.
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL E JOSÉ PAULO DA SILVA 49864459953 - CNPJ 31.175.955/0001-03.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "COWBOYS DA AMÉRICA" PARA APRESENTAÇÃO NO RÉVEILLON DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, NO DIA 31/12/2024.
VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), incluso cachê, diárias, transporte/deslocamento, hospedagem, alimentação para os artistas, equipe técnica e equipe de produção, abastecimento de alimentação no camarim, eventuais impostos (conforme anexo I).
FUNDAMENTO LEGAL: art. 74-II, da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 005/2024, bem como demais legislação aplicável.
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL
JOSÉ PAULO DA SILVA
JOSÉ PAULO DA SILVA 49864459953 - CNPJ 31.175.955/0001-03.
24/12/2024
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR
ANEXO I
TABELA DE VALORES (ART. 94, §2º, LEI FEDERAL 14.133/2021)

Cachê da equipe	6%	R\$2.400,00
Diárias	3%	R\$1.200,00
Hospedagem	4%	R\$1.600,00
Transporte/deslocamento	15%	R\$6.000,00
Abastecimento de camarim	2%	800,00
Imposto	0%	R\$0,00
Cachê do grupo	70%	R\$28.000,00
TOTAL	100%	R\$40.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

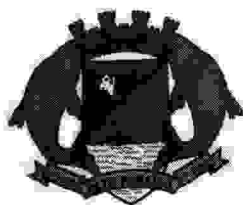
GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório n.º 065/2024
Dispensa de Licitação n.º 009/2024
Pelo qual o Senhor Secretário Municipal de Compras e Patrimônio solicita ratificação do ato praticado pelo mesmo, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCO, FECHAMENTO DE LONA E ISOLAMENTO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E GERADOR DE ENERGIA PARA OS EVENTOS OFICIAIS EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL E DISTRITO DE ERCILÂNDIA, a favor da empresa MIORANDO EVENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 03.969.016/0001-03, no valor de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), por meio de Dispensa de Licitação nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.
DESPACHO: Ratifico, com base nas razões expostas no presente processo.
Brasilândia do Sul - PR, 26 de dezembro de 2024.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório n.º 066/2024
Dispensa de Licitação n.º 010/2024
Pelo qual o Senhor Secretário Municipal de Compras e Patrimônio solicita ratificação do ato praticado pelo mesmo, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA OS EVENTOS OFICIAIS EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, a favor da empresa MUNDIAL FOGOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.203.347/0001-80, no valor de R\$ 14.979,00 (quatorze mil novecentos e setenta e nove reais), por meio de Dispensa de Licitação nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
DESPACHO: Ratifico, com base nas razões expostas no presente processo.
Brasilândia do Sul - PR, 26 de dezembro de 2024.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 18/24
PROCESSO Nº 116/24
FUNDAMENTAÇÃO: art. 51, da lei 14.133/21
OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento de Empresa Individual atendendo a demanda incentivo à instalação de novas indústrias e comércio ou ampliação das já existentes, conforme Lei Municipal de nº 540 de 29 de abril de 2009 com alteração Lei nº 727 / 2013, BASE LEGAL ARTIGO 51, DA LEI Nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), com inexigibilidade de licitação
NOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA N.º 465/2024

DATA: 24/12/2024

EM 27/12/2024

Edição N.º 13.203

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE **GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS** NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato na Inexigibilidade n. 025/2024, a saber:

Gestor:

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80;

Fiscal Administrativo:

EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF: 030.789.829-63.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-PR., aos 24 dias do mês de dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

Edição N° 13.203

B2

UMUARAMA, SEXTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 2024

www.ilustrado.com.br/publica

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: ARREDIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ: 22.997.799/0001-75
PROCESSO Nº 115/2024
INEXIBILIDADE Nº 025/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.
VALOR DO CONTRATO: 114.524,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte e quatro reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/02/2025.
FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 465/2024
DATA: 24/12/2024
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato na Inexigibilidade n. 025/2024, a saber:
Gestor:
TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80;
Fiscal Administrativo:
EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF: 030.789.829-63.
Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.
Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso-PR., aos 24 dias do mês de dezembro de 2024.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 224/2024
Homologa parecer exarado por Comissão Municipal Licitação e Equipe de Apoio sobre julgamento de propostas apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Concorrência Eletrônica nº. 010/2024 de 10 de dezembro de 2024 e dá outras providências.
CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A,
Art. 1º-Fica homologado o parecer exarado pela Comissão Municipal de Licitação e Equipe de Apoio, constituída consoante a Portaria nº. 003/2024 de 05 de janeiro de 2024, sobre julgamento da proposta apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Concorrência Eletrônica nº. 010/2024 de 10 de dezembro de 2024, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, NA ESTRADA OURO VERDE, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ.
Art. 2º - Declara como vencedor da concorrência a proposta da empresa: LONGUINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAVIMENTACOES LTDA, no lote único, no valor total de: R\$ R\$ 749.922,61 (setecentos e quarenta e nove mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos).
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, 26 de dezembro de 2024.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO
REF: DISPENSA Nº 010/2024.
A Comissão de Contratação comunica aos interessados na execução do objeto da Dispensa nº 010/2024, que após a análise e verificação da proposta e documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte proponente:
Nº 1º EMPRESA VALOR DA PROPOSTA HABILITAÇÃO
MUNDIAL FOGOS LTDA – CNPJ: 07.203.347/0001-80 R\$ 14.979,00
(QUATORZE MIL NOVECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS). HABILITADO
Brasilândia do Sul-Pr., 24 de dezembro de 2024.
LUCIANO GIMENES
Agente de Contratação
VAGNER BRITO DA SILVA

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO CONTRATUAL PL 067/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2024.
PARTES: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL E JOSÉ PAULO DA SILVA 49864459953
CNPJ 31.175.955/0001-03.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "COWBOYS DA AMÉRICA" PARA APRESENTAÇÃO NO REVEILLON DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, NO DIA 31/12/2024.
VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), incluso cachê, diárias, transporte/deslocamento, hospedagem, alimentação para os artistas, equipe técnica e equipe de produção, abastecimento de alimentação no camarim, eventuais impostos (conforme anexo I).
FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, II, da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 005/2024, bem como demais legislação aplicável.
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL
JOSÉ PAULO DA SILVA
JOSÉ PAULO DA SILVA 49864459953 - CNPJ 31.175.955/0001-03.
24/12/2024

Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR
ANEXO I

TABELA DE VALORES (ART. 94, §2º, LEI FEDERAL 14.133/2021)			
Cachê da equipe	6%		R\$2.400,00
Diárias	3%	R\$1.200,00	
Hospedagem	4%	R\$1.600,00	
Transporte/deslocamento	15%		R\$6.000,00
Abastecimento de camarim	2%		800,00
Imposto	0%	R\$0,00	
Cachê do grupo	70%		R\$28.000,00
TOTAL	100%		R\$40.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

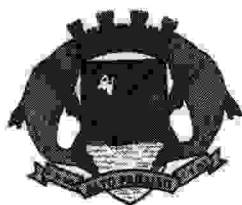
GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório n.º 065/2024
Dispensa de Licitação n.º 009/2024
Pelo qual o Senhor Secretário Municipal de Compras e Patrimônio solicita ratificação do ato praticado pelo mesmo, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCO, FECHAMENTO DE LONA E ISOLAMENTO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E GERADOR DE ENERGIA PARA OS EVENTOS OFICIAIS EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL E DISTRITO DE ERCILÂNDIA, a favor da empresa MIORANDO EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 03.969.016/0001-03, no valor de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), por meio de Dispensa de Licitação nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.
DESPACHO: Ratifico, com base nas razões expostas no presente processo.
Brasilândia do Sul - PR, 26 de dezembro de 2024.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório n.º 066/2024
Dispensa de Licitação n.º 010/2024
Pelo qual o Senhor Secretário Municipal de Compras e Patrimônio solicita ratificação do ato praticado pelo mesmo, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA OS EVENTOS OFICIAIS EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, a favor da empresa MUNDIAL FOGOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.203.347/0001-80, no valor de R\$ 14.979,00 (quatorze mil novecentos e setenta e nove reais), por meio de Dispensa de Licitação nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.
DESPACHO: Ratifico, com base nas razões expostas no presente processo.
Brasilândia do Sul - PR, 26 de dezembro de 2024.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIBILIDADE Nº 18/24
PROCESSO Nº 116/24
FUNDAMENTAÇÃO: art. 51, da lei 14.133/21
OBJETO: Locação de Imóvel para funcionamento de Empresa Individual atendendo a demanda de incentivo à instalação de novas indústrias e comércio ou ampliação das já existentes, conforme Lei Municipal de nº 540 de 29 de abril de 2009 com alteração Lei nº 727 / 2013, BASE LEGAL ARTIGO 51, DA LEI Nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), com inexigibilidade de licitação
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
DOTAÇÃO COMPLETA NAT. FR. PED. DESCRICIONA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Gestor:**

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80

Processo Nº. 115/2024

Inexigibilidade Nº. 025/2024

Contrato Nº 083/2024.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Nesta data, remeto aos responsáveis acima em epígrafe cópia do contrato nº 083/2024 para que possam atuar como gestor de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Em 27/12/2024

Valdemir Ribeiro Spárapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 083/2024, bem como portaria nº 465/2024.

Em 27/12/2024

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS
Gestor de Contrato



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0130

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Fiscal Administrativo:** EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF:
030.789.829-63

Processo Nº. 115/2024


Inexigibilidade Nº. 025/2024

Contrato Nº 083/2024.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MANUTTI, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

Nesta data, remeto ao responsável acima em epígrafe cópia do contrato nº 083/2024 para que possa atuar como fiscal de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observadas a função para a qual foi designado.

Em 27/12/2024


Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 083/2024, bem como portaria nº 083/2024.

Em 27/12/2024


EUDINETE DA SILVA PEDROTA
Fiscal de Contrato